

Comissão de Saúde



2024

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Presidente | Deputado Dr. Francisco (PT-PI)

1º Vice-Presidente | Deputado Dimas Gadelha (PT-RJ)

2ª Vice-Presidente | Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)

3º Vice-Presidente | Deputado Dr. Ismael Alexandrino (PSD-GO)

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

57ª Legislatura (2023–2027)

2ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Suplente

Gilberto Nascimento

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Suplente

Pompeo de Mattos

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante

3º Suplente

Beto Pereira

1º Secretário

Luciano Bivar

4º Suplente

André Ferreira

2º Secretária

Maria do Rosário

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

3º Secretário

Júlio Cesar

Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

4º Secretário

Lucio Mosquini

Comissão de Saúde

Presidente

Dr. Francisco

1º Vice-Presidente

Dimas Gadelha

2ª Vice-Presidente

Flávia Moraes

3º Vice-Presidente

Dr. Ismael Alexandrino

Secretário-Executivo

Rubens Gomes Carneiro Filho

Projeto gráfico, diagramação e capa

Ana Ferreira

Texto e edição

Agência Câmara de Notícias

Equipe técnica da Comissão de Saúde

Fotos

Agência Câmara

Assessoria da Comissão de Saúde

Assessorias parlamentares

Revisão

Equipe técnica da Comissão de Saúde

Câmara dos Deputados: Anexo II, Ala A, sala 145, Pavimento Superior

Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900

Telefones: (61) 3216-6784 - (61) 3216-6790

Instagram: @csaudecamara

Sumário

Carta do Presidente	09
Composição da Comissão	11
Presidência	12
Membros	13
Atividade Legislativa	24
Discussão e votação de projetos	26
1. Autismo, doenças raras e deficiências	26
2. Campanhas de saúde	29
3. Câncer	32
4. Carreiras da saúde	33
5. Covid-19	36
6. Doação de sangue	37
7. Medicamentos	38
8. Políticas públicas de saúde	39
9. Saúde ambiental e assistência sanitária	44
10. Saúde da mulher, de crianças e adolescentes	46
11. Saúde da pessoa idosa	48
12. Saúde mental	49
13. Sistema Único de Saúde (SUS)	51
14. Vacinação	53
15. Projetos com pareceres pela rejeição	54
Orçamento	56
Lei Orçamentária Anual (LOA)	57
Audiências Públicas	59
1. Desafios assistenciais dos pacientes de Edema Macular Diabético no SUS	60
2. Cobertura do tratamento de pessoas autistas pelos planos de saúde	62
3. Diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças renais	65
4. Carreira de auditoria do Sistema Único de Saúde	67
5. Homenagem ao Grupo Mulheres do Brasil e à Frente Unidos pela Vacina	69
6. Tratamento da Distrofia Muscular de Duchenne	70
7. Fim da exigência de bulas impressas nos medicamentos	72

8. Criação do cartão de identificação do usuário do SUS	74
9. Regulamentação de profissões do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena	76
10. Dez anos do Guia Alimentar para a População Brasileira	77
11. Estratégia Nacional de Saúde	80
12. Assistência em hepatologia no SUS	82
13. Dia do Neurocirurgião	83
14. Fornecimento gratuito de adrenalina autoinjetável pelo SUS	85
15. Cartão de identificação do usuário do SUS	87
16. Tratamento do TDAH no SUS	89
17. Enfrentamento às parasitoses intestinais	90
18. Enfrentamento da violência obstétrica e morte materna e seus efeitos	91
19. Dia Mundial da Hemofilia	93
20. Importância das tecnologias no tratamento do diabetes	94
21. Medicamentos para o câncer no SUS	96
22. Cumprimento do piso salarial para os profissionais da Odontologia	97
23. Cancelamentos de planos de saúde das pessoas com deficiências	98
24. Acesso a produtos dietéticos com baixo teor de fenilalanina	100
25. Prescrição e dispensação eletrônicas de medicamentos e tratamentos	102
26. Violações de direitos humanos de crianças e adolescentes com autismo	103
27. Prevenção, combate e reabilitação dos diversos tipos de cegueiras	105
28. Aumento dos transtornos alimentares em adolescentes e jovens	107
29. Panorama e medidas para a prevenção e o controle do câncer colorretal	109
30. Agenda legislativa do Painel Brasileiro da Obesidade	110
31. Dispensação de medicamentos isentos de prescrição em supermercados e estabelecimentos	112
32. Dia do Médico Nefrologista	113
33. Prescrição e dispensação eletrônicas de medicamentos e tratamentos	114
34. Atenção à saúde das pessoas com talassemia	116
35. Alteração do salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas	117
36. Acesso a macas e cadeiras de rodas para pessoas com obesidade	119
37. Regulamentação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer	121
38. Cancelamentos unilaterais de planos de saúde	122
39. Saúde digital para prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos	125

40. Dia Nacional em Memória às Vítimas de Sinistros de Trânsito	126
41. Partos prematuros no Brasil: avanços e desafios	128
42. Dia Nacional da Cirurgia Plástica Reparadora	129
43. Regulamentação das atividades do técnico farmacêutico	131
44. Treinamento e qualificação para cirurgia robótica no SUS	132
45. Autismo e mercado de trabalho	133
46. Escolas Estaduais de Saúde Pública	135
47. Dia do Cirurgião de Cabeça e Pescoço	136
48. Impactos do uso e venda indiscriminados de medicamentos análogos ao GLP-1	137
Reuniões de Comparecimento de Ministro de Estado	140
Eventos Técnicos	145
Seminários	146
1. Saberes Tradicionais e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	146
2. Seminário em Defesa da Reforma Tributária 3S: saudável, solidária e sustentável	149
3. XXI Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional	151
4. Cenário da oncologia no Brasil: diagnóstico, tecnologia, acesso e radioterapia	156
5. Orfandade e direitos do invisibilizado	158
6. Avanços recentes na Saúde Digital	161
7. Desafios e Perspectivas em Políticas Públicas para Doenças Raras e Autismo	163
Eventos externos	167
1. Ampliação da Associação de Pais e Amigos dos Autistas	168
2. Autismo: respeite os limites e valorize as capacidades	170
3. Doenças Raras, Púrpura Trombocitopênica Imune (PTI) e Fibromialgia	172
4. Visita ao complexo oncológico do Hospital Samuel Libânio	175
5. Falta de infraestrutura e má gestão de unidades de saúde	176
6. Regulamentação da profissão de gerontólogo (PL 9003/17)	178
Subcomissões	180
Subcomissões Permanentes	181
Subcomissão de Desempenho de atividades atinentes aos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde – SUBPLAN	181

Subcomissão de Políticas Públicas de Saúde para o Transtorno do Espectro Autista e para as Doenças Raras e demais neurodiversidades – SUBRAUT	182
Subcomissões Especiais	184
Prevenção e Controle do Câncer – SUBCANCER	184
Subcomissão para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital – SUBTELE	185
Equipe Técnica	186

Comissão de Saúde



CARTA DO PRESIDENTE

Carta do Presidente

Encerramos aqui uma etapa desafiadora e vitoriosa desta legislatura, quando tive a honra de presidir a Comissão de Saúde (CSAUDE), em 2024, segundo ano de funcionamento na Câmara dos Deputados de uma comissão permanente dedicada especificamente ao campo temático da saúde, desde que a extinção da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), no ano de 2023, distribuiu suas competências entre a CSAUDE e a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão a Deus, por me permitir esta grande realização; a todas as deputadas e deputados que compõem este colegiado, por partilharem comigo a condução dos trabalhos, sempre abertos ao diálogo, colaborando para o melhor termo de todas as proposições; às organizações civis, profissionais de saúde, estudiosos, governos em todas as esferas (especialmente à então ministra Nísia Trindade), sindicatos, associações, empresas, parlamentares do Brasil e de outros países que deram suas contribuições aos trabalhos da Comissão; e à equipe técnica desta CSAUDE, pelo profissionalismo e dedicação a este trabalho. Faço referências especiais ao secretário-executivo Rubens Gomes Carneiro Filho e ao servidor Robson Fialho Coutinho (*in memoriam*).

Destaco como conquistas deste Colegiado: o equilíbrio e o empenho em buscar a convergência em temas importantes de alto impacto na vida dos brasileiros, que garantiram, mesmo em tempos de polarização, que a CSAUDE priorizasse projetos técnicos sobre demandas gerais da sociedade, como doenças crônicas, urgência e emergência, atenção primária; a entrega de um conjunto de leis que atualizam e criam novos regramentos na área de saúde — fechamos o ano com 151 proposições apreciadas, sendo 131 aprovadas e 20 rejeitadas. Dentre as aprovadas, destaco: a regulamentação da profissão de agentes indígenas de saúde, a notificação compulsória em caso de violência contra a mulher atendida em serviço público ou privado, a instituição do programa de apoio à oncologia infantil e a vacinação obrigatória —, além de uma valiosa contribuição em projetos analisados que podem ser postos em votação a critério da próxima Comissão. Houve ainda a criação de cinco subcomissões para aprofundar o debate, modernizar e acelerar a legislação em setores com fortes demandas: políticas públicas de saúde para o Transtorno do Espectro Autista e para as doenças raras e demais neurodiversidades, desempenho de atividades atinentes aos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, modernização e aperfeiçoamento da legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde, telemedicina, telessaúde e saúde digital, e prevenção e controle do câncer.

Destaco ainda o diálogo constante com o Ministério da Saúde, onde a Comissão teve a oportunidade de dialogar com a então ministra Nísia Trindade, interação que foi essencial para a efetividade das políticas públicas junto à população. Esta abertura facilitou, por exemplo, a atuação em parceria para controlar os casos e mortes por dengue, e a pronta resposta no caso das enchentes no Rio Grande do Sul, com a liberação imediata das emendas da comissão para municípios gaúchos afetados pelo desastre climático. Destaco também o diálogo com a sociedade civil em audiências públicas e seminários, dentro e fora de Brasília, realizando também visitas técnicas. Recebemos e ouvimos em audiências na Comissão ou individualmente as ideias, reivindicações, solicitações, projetos de profissionais de saúde, de entidades governamentais em todas as esferas e também não governamentais, inclusive corporativas e de empreendedores. E a visão global das questões de saúde, nos diálogos com delegações estrangeiras, participantes do grupo de trabalho como o G-20 sobre redução de desigualdades no acesso a vacinas no mundo, missões parlamentares nacionais e internacionais.

Dou por encerrados nossos trabalhos nesta importante missão, destacando a grande responsabilidade deste Colegiado em analisar, debater e decidir sobre pautas importantes, ouvindo as demandas da população e respeitando as representatividades deste Parlamento. E entrego, como resultado, a legislação e o impulsionamento da temática da saúde, focados no fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde) e o bem-estar da população brasileira.

Deputado Dr. Francisco (PT-PI)
Presidente da Comissão de Saúde



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Comissão de Saúde



COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

PRESIDENTE

Dr. Francisco
PT-PI



1º VICE-PRESIDENTE

Dimas Gadelha
PT-RJ



2ª VICE-PRESIDENTE

Flávia Moraes
PDT-GO



3º VICE-PRESIDENTE

Dr. Ismael Alexandrino
PSD-GO



Membros



Adriana Ventura

NOVO – SP

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Afonso Hamm

PP – RS

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Alberto Mourão

MDB – SP

11/03/2024 – 01/01/2025 (T)



Alice Portugal

PCdoB – BA

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Allan Garcês

PP – MA

06/03/2024 – 10/09/2024 (T)

29/10/2024 – 03/12/2024 (T)

09/12/2024 – 31/01/2025 (T)



Amom Mandel

CIDADANIA – AM

06/03/2024 – 19/06/2024 (T)

19/06/2024 – 31/01/2025 (S)



Ana Paula Leão

PP – MG

06/03/2024 – 23/04/2024 (S)

04/06/2024 – 31/01/2025 (S)



Ana Paula Lima

PT – SC

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Ana Pimentel

PT – MG

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Antonio Andrade

REPUBLICANOS – TO

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Arlindo Chinaglia

PT – SP

12/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Augusto Puppio

MDB – AP

16/04/2024 – 31/01/2025 (S)

*T – Titular, S – Suplente



Aureo Ribeiro

SOLIDARIEDADE – RJ
06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Bebeto

PP – RJ
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Bruno Farias

AVANTE – MG
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Bruno Ganem

PODE – SP
06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Caio Vianna

PSD – RJ
06/03/2024 – 01/04/2024 (S)



Carlos Henrique Gaguim

UNIÃO – TO
29/11/2024 – 31/01/2025 (S)



Carlos Jordy

PL – RJ
27/11/2024 – 04/12/2024 (T)



Carmen Zanotto

CIDADANIA – SC
19/06/2024 – 01/01/2025 (T)



Célio Silveira

MDB – GO
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Chiquinho Brazão

UNIÃO – RJ
06/03/2024 – 08/04/2024 (S)



Clodoaldo Magalhães

PV – PE
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Dagoberto Nogueira

PSDB – MS
06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Daiana Santos

PCdoB – RS

06/03/2024 – 12/03/2024 (S)



Dani Cunha

UNIÃO – RJ

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Daniel Barbosa

PP – AL

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Delegada Katarina

PSD – SE

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Del. Paulo Bilynskyj

PL – SP

09/04/2024 – 16/04/2024 (S)

16/04/2024 – 31/01/2025 (T)



Detinha

PL – AM

16/04/2024 – 31/01/2025 (S)



Diego Garcia

REPUBLICANOS – PR

11/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Dimas Fabiano

PP – MG

23/04/2024 – 04/06/2024 (S)



Dimas Gadelha

PT – RJ

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Dorinaldo Malafaia

PDT – AP

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Dr Fabio Rueda

UNIÃO – AC

06/03/2024 – 12/04/2024 (T)



Dr. Flávio

PL – RJ

15/05/2024 – 04/09/2024 (T)



Dr. Benjamim

UNIÃO – MA

06/03/2024 – 01/01/2025 (T)



Dr. Daniel Soranz
PSD – RJ

07/05/2025 – 27/05/2024 (T)
03/07/2024 – 16/07/2024 (T)
21/08/2024 – 08/10/2024 (T)
29/10/2024 – 04/11/2024 (T)
03/12/2024 – 06/12/2024 (T)



Dr. Fernando Máximo

UNIÃO – RO

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Dr. Francisco

PT – PI

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Dr. Frederico

PRD – MG

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Dr. Ismael Alexandrino

PSD – GO

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Dr. Luiz Ovando

PP – MS

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Dr. Zacharias Calil

UNIÃO – GO

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Dra. Alessandra Haber

MDB – PA

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Dra. Mayra Pinheiro

PL – CE

19/09/2024 – 18/01/2025 (T)



Eduardo da Fonte

PP – PE

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Eduardo Velloso

UNIÃO – AC

15/04/2024 – 31/01/2025 (T)



Ely Santos

REPUBLICANOS – SP
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Emidinho Madeira

PL – MG
06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Fausto Pinato

PP – SP
06/03/2024 – 06/03/2025 (S)



Fernanda Pessoa

UNIÃO – CE
06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Flávia Moraes

PDT – GO
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Flávio Nogueira

PT – PI
06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Florentino Neto

PT – PI
06/03/2024 – 16/04/2024 (S)



Geovania de Sá

PSDB – SC
06/03/2024 – 05/06/2024 (S)



Geraldo Mendes

UNIÃO – PR
06/03/2024 – 27/08/2024 (S)



Geraldo Resende

PSDB – MS
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Giacobbo

PL – PR
06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Giovanni Cherini

PL – RS
06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Helena Lima

MDB – RR

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Hélio Leite

UNIÃO – PA

06/03/2024 – 03/12/2024 (S)
10/12/2024 – 01/01/2025 (S)



Henderson Pinto

MDB – PA

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Henrique Júnior

PL – MA

06/03/2024 – 04/04/2024 (S)



Hildo do Candango

REPUBLICANOS – GO

06/03/2024 – 11/04/2024 (S)



Icaro de Valmir

PL – SE

07/03/2024 – 05/07/2024 (T)
04/11/2024 – 31/01/2025 (T)



Isinaldo Bulhões Jr.

MDB – AL

11/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Iza Arruda

MDB – PE

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Jandira Feghali

PCdoB – RJ

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Jeferson Rodrigues

REPUBLICANOS – GO

24/04/2024 – 31/01/2025 (S)



Jonas Donizette

PSB – SP

28/11/2024 – 28/11/2024 (S)



Jorge Solla

PT – BA

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



José Nelto

UNIÃO – GO

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Juliana Cardoso

PT – SP

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Junior Lourenço

PL – MA

10/04/2024 – 31/01/2025 (S)



Júnior Mano

PL – CE

06/03/2024 – 07/03/2025 (S)

07/03/2024 – 19/09/2024 (T)



Leo Prates

PDT – BA

08/04/2024 – 31/01/2025 (S)



Leonardo Gadelha

PODE – PB

19/06/2024 – 16/10/2024 (T)



Lindbergh Farias

UNIÃO – RS

06/03/2024 – 08/07/2024 (S)



Loreny

SOLIDARIEDADE – SP

11/04/2024 – 28/07/2024 (T)



Luciano Ducci

PSB – PR

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Luciano Vieira

REPUBLICANOS – RJ

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Luiz Lima

PL – RJ

26/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Lula da Fonte

PP – PE

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)

*T –Titular, S – Suplente



Marcos Tavares

PDT – RJ

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Maria Rosas

REPUBLICANOS – SP

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Mário Heringer

PDT – MG

06/03/2024 – 08/04/2024 (S)

13/08/2024 – 31/01/2025 (S)



Marx Beltrão

PP – AL

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Matheus Noronha

PL – CE

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Meire Serafim

UNIÃO – AC

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Merlong Solano

PT – PI

12/11/2024 – 13/11/2024 (S)



Messias Donato

REPUBLICANOS – ES

10/04/2024 – 31/01/2025 (S)



Misael Varella

PSD – MG

06/03/2024 – 07/05/2024 (T)

07/05/2024 – 31/01/2025 (S)



Nitinho

PSD – SE

12/03/2024 – 07/05/2024 (S)



Orlando Silva

PCdoB – SP

12/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Osmar Terra

MDB – RS

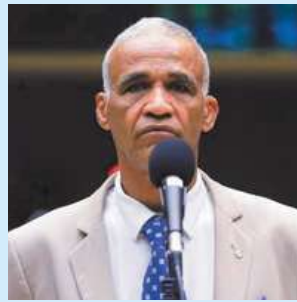
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Padre João

PT – MG

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Pastor Sarg. Isidório

AVANTE – BA

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Paulinho da Força

SOLIDARIEDADE – SP

06/03/2024 – 29/03/2024 (T)
13/08/2024 – 31/01/2025 (T)



Paulo Folletto

PSB – ES

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Paulo Litro

PSD – PR

06/03/2024 – 12/03/2024 (S)



Paulo Marinho Jr.

PL – MA

20/03/2024 – 05/04/2024 (T)



Pedro Tourinho

PT – SP

08/07/2024 – 02/11/2024 (S)



Pedro Westphalen

PP – RS

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Pinheirinho

PP – MG

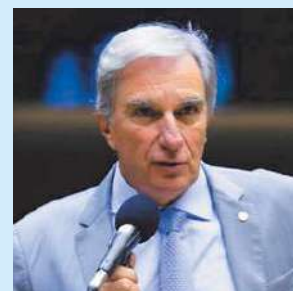
06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Professor Alcides

PL – GO

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Rafael Simões

UNIÃO – MG

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Ricardo Maia

MDB – BA

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Ricardo Silva

PSD – SP

06/03/2024 – 18/12/2024 (S)



Roberto Monteiro Pai

PL – RJ

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Rodrigo Valadares

UNIÃO – SE

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Rogéria Santos

REPUBLICANOS – BA

13/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Rogério Correia

PT – MG

12/11/2024 – 13/11/2024 (S)



Rosângela Moro

UNIÃO – SP

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Rosângela Reis

PL – MG

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Ruy Carneiro

PODE – PB

06/03/2024 – 17/06/2024 (T)

16/10/2024 – 31/01/2025 (T)



Samuel Viana

REPUBLICANOS – MG

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Silvia Cristina

PP – RO

06/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Silvio Antonio

PL – MA

06/03/2024 – 26/03/2024 (T)



Tadeu Oliveira

PL – CE

09/10/2024 – 10/01/2025 (S)



Thiago de Joaldo

PP – SE

06/03/2024 – 14/06/2024 (T)
15/10/2024 – 31/01/2025 (T)



Vermelho

PL – RR

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Vinicius Carvalho

REPUBLICANOS – SP

15/05/2024 – 31/01/2025 (S)



Vinicius Gurgel

PL – AP

06/03/2024 – 31/01/2025 (S)



Weliton Prado

SOLIDARIEDADE – MG

12/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Zé Neto

PT – BA

06/03/2024 – 22/07/2024 (S)
22/11/2024 – 31/01/2025 (S)



Zé Vitor

PL – MG

06/03/2024 – 12/03/2024 (T)
12/03/2024 – 19/03/2024 (S)
19/03/2024 – 31/01/2025 (T)



Zeca Dirceu

PT – PR

06/03/2024 – 12/11/2024 (S)
13/11/2024 – 31/01/2025 (S)

Comissão de Saúde



ATIVIDADE LEGISLATIVA



Atividade Legislativa

A Comissão de Saúde foi criada por meio da Resolução nº 1, de 2023. Nesta 2ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, o colegiado se reuniu para instalação e eleição da presidência em 6 de março de 2024.

Ao longo de 2024, foram realizadas 19 reuniões deliberativas, em que foram apreciados 271 requerimentos (para realização de audiências públicas, visitas técnicas, comparecimento da ministra de Estado da Saúde, envio de moções e requerimento de informação e indicação) e 249 projetos, que incluem projetos de lei ordinária, lei complementar e de decreto legislativo.

Dos 249 projetos deliberados, 224 receberam pareceres pela aprovação e 25 pela rejeição (foram rejeitados os seguintes projetos: PL 320/2022, PL 2739/2011, PL 2892/2022, PL 2142/2019, PL 1004/2022, PL 1277/2023, PL 3410/2023, PL 1460/2015, PL 4026/2021, PL 290/2022, PDL 37/2019, PL 1258/2024, PL 2028/2022, PL 2589/2015, PL 190/2023, PL 3710/2023, PL 2350/2024, PL 3346/2024, PL 955/2024, PL 4432/2019, PL 1052/2015, PL 4089/2015, PL 474/2022, PL 3092/2012 e PL 8363/2017).

A seguir, apresentamos os projetos aprovados em 2024, agrupados por área temática, e o resultado das decisões do Plenário da Comissão de Saúde.

Discussão e votação de projetos

1. Autismo, doenças raras e deficiências

A Comissão de Saúde aprovou diversos projetos voltados às pessoas com autismo, doenças raras e deficiências em 2024. O reconhecimento da condição de deficiência foi estendido a pacientes que vivem com doença falciforme por meio do **PL 1301/2023**. Outras patologias, como a síndrome de Tourette (**PL 375/2022**), a síndrome de Von Recklinghausen (**PL 410/2019**), a fissura labiopalatina não reabilitada, a insuficiência renal crônica, a neurofibromatose grave (**PL 11217/2018**) e o lúpus eritematoso sistêmico (**PL 1456/2023**) também foram equiparadas às deficiências físicas e/ou intelectuais. Já a síndrome do intestino curto com falência intestinal (SIC) foi incluída no rol de doenças graves e raras por meio do **PL 2900/2022**. Outra doença rara, a síndrome de Ondine, passa a ter tratamento especializado e integral no SUS com o **PL 2728/2023**.

Alguns projetos tiveram como objetivo garantir cidadania no acesso à saúde para pacientes que vivem com algum tipo de deficiência, como o **PL 3692/2013**, que obriga estabelecimentos de saúde de médio e grande porte a terem equipamentos adequados, e o **PL 2383/2023**, que exige a presença de acompanhante durante exames, internações ou qualquer situação que comprometa a autonomia das pessoas com deficiência. Crianças e adolescentes com doença crônica ou deficiência passam a ter direito a atendimento prioritário nos serviços de saúde com o **PL 2559/2021**. Para alcançar pessoas com deficiência que vivam em extrema pobreza ou residam com até um único acompanhante, o **PL 697/2022** lhes garante atendimento domiciliar.

Por meio do **PL 2136/2022**, pessoas com nanismo têm garantida a acessibilidade em hospitais, clínicas e postos de saúde e, com o **PL 981/2024**, os dados de pacientes com deficiência passam a ser inseridos no sistema nacional de informações em saúde. A entrada e a permanência de intérprete de Libras para auxílio a pacientes com deficiência auditiva em estabelecimentos de saúde é o objetivo do **PL 1752/2022**.

Para facilitar a identificação da população que necessita de assistência especial, foram aprovadas três propostas: o **PL 468/2023**, que determina a inserção do termo “mobilidade reduzida” na carteira nacional de habilitação

de motoristas com esclerose lateral amiotrófica (ELA), espondilites anquilosante, fibromialgia e esclerose múltipla; o **PL 938/2024**, que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Lúpus; e o **PL 2179/2024**, que estabelece o uso de pulseira lilás para identificar pessoas autistas em serviços de saúde.

Proposição: PL 410/2019

Deliberação: Parecer do relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação da emenda do Senado Federal ao PL 410/2019.

Data da Aprovação: 05/05/2024

Proposição: PL 11217/2018

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Henderson Pinto (MDB-PA), pela aprovação deste, do PL 11259/2018, do PL 1626/2019, do PL 4872/2019, do PL 2359/2022, do PL 5201/2023, do PL 1751/2019 e do PL 103/2024, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 2559/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação deste e do PL 5800/2023, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 375/2022

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 697/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação deste e do PL 2097/2022, apensado, e do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com substitutivo.

Data da Aprovação: 30/10/2024

Proposição: PL 1752/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Amom Mandel (CIDADANIA-AM), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 2136/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Data da Aprovação: 08/05/2024

Proposição: PL 2900/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Pedro Westphalen (PP-RS), pela aprovação deste, do PL 666/2023 e do PL 4783/2023, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 20/03/2024

Proposição: PL 3692/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARI-RJ), pela aprovação.

Data da Aprovação: 03/07/2024

Proposição: PL 468/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação.

Data da Aprovação: 08/05/2024

Proposição: PL 1301/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Francisco (PT-PI), pela aprovação, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com subemenda.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 1456/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 2383/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Data da Aprovação: 08/05/2024

Proposição: PL 2728/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 12/11/2023

Proposição: PL 938/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Frederico (PRD-MG), pela aprovação.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 2179/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 981/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Dra. Alessandra Haber (MDB-PA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 12/11/2024

2. Campanhas de saúde

A Comissão de Saúde aprovou dezessete projetos que criam meses, semanas ou dias comemorativos alusivos à promoção de ações e serviços em saúde. A ideia é conscientizar a sociedade, estimular a reflexão sobre os problemas enfrentados por pacientes, estabelecer medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento, e chamar a atenção sobre o papel do poder público na melhoria de qualidade de vida das pessoas afetadas.

Tais campanhas comemorativas são normalmente coordenadas pelo Ministério da Saúde, em parceria com os demais entes operadores do SUS, como as secretarias estaduais e municipais de saúde. Muitos dos projetos aprovados criam calendários com programação variada de atividades, o que inclui campanhas de comunicação, parcerias com universidades e associações envolvidas na causa, ações de aperfeiçoamento e atualização profissional das equipes de atendimento e mutirão de serviços para a população.

Foram aprovados projetos que preveem campanhas sobre os seguintes temas: ética na saúde, combate à microcefalia, obstrução de vias aéreas, mielomeningocele, fibrose cística, detecção precoce de síndromes e transtornos, dor crônica e fibromialgia, hidrocefalia, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), distúrbios congênitos de glicosilação, esclerose tuberosa, síndrome do intestino curto (SIC), linfedema, parasitoses intestinais, acidentes vasculares cerebrais, atrofia muscular espinhal e alergias alimentares em crianças.

Proposição: PL 1599/2020

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação das emendas 1, 2 e 3 do Senado Federal apresentadas ao PL 1599/2020.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 8248/2017

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 17/04/2024

Proposição: PL 4278/2020

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 26/11/2024

Proposição: PL 4368/2020

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 2587/2021

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 22/05/2024

Proposição: PL 4521/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Osmar Terra (MDB-RS), pela aprovação deste, do PL 2365/2022 e do PL 336/2024, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 285/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação.

Data da Aprovação: 26/11/2024

Proposição: PL 1821/2023

Deliberação: Parecer com complementação de voto do Relator, Dep. Dr. Frederico (PRD-MG), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 4895/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Bruno Ganem (PODE-SP), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 26/11/2024

Proposição: PL 4773/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 15/05/2024

Proposição: PL 5681/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Zé Vitor (PL-MG), pela aprovação.

Data da Aprovação: 24/04/2024

Proposição: PL 6019/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 26/11/2024

Proposição: PL 1108/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Juliana Cardoso (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 1327/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Amom Mandel (CIDADANIA-AM), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 1352/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 26/11/2024

Proposição: PL 6045/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 24/04/2024

Proposição: PL 2899/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PP-RO), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/11/2024

3. Câncer

A Comissão de Saúde aprovou diversas propostas para o tratamento do câncer em 2024. Com o **PL 25/2019**, mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama têm assegurada a realização de mapeamento genético para cânceres de colo uterino, mama e colorretal no SUS. Outro projeto que beneficia as mulheres, o **PL 1508/2024**, dá acesso a serviços de reprodução assistida, incluída a criopreservação de óvulos, para pacientes em tratamentos de câncer ou com endometriose que possam afetar a sua fertilidade.

O enfrentamento da doença é o foco dos demais projetos: o **PL 30/2022**, que prevê diminuição do prazo de início do tratamento e ao aconselhamento genético nos casos de câncer infantil; o **PL 18/2023**, que cria um Cadastro Nacional de Pesquisa em Drogas Experimentais para o tratamento do Câncer; o **PL 2513/2023**, que destina recursos para prevenção, diagnóstico e tratamento; o **PL 3681/2023**, que prioriza pessoas com câncer e idosas no acesso ao serviço odontológico; o **PL 346/2024**, que prioriza o atendimento em telessaúde para pacientes com atraso na marcação da consulta presencial; e o **PL 5101/2023**, que exige que os equipamentos de radioterapia tenham informações sobre a data da última calibração, com prazo de validade.

Proposição: PL 25/2019

Deliberação: Parecer às Emendas Apresentadas ao substitutivo da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PP-RO), pela aprovação deste e da emenda ao substitutivo 1/2024, com substitutivo.

Data da Aprovação: 19/11/2024

Proposição: PL 30/2022

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PP-RO), pela aprovação deste e do PL 5167/2023, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 18/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 2513/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 3681/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 25/04/2024

Proposição: PL 346/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), pela aprovação.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 5101/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PP-RO), pela aprovação.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 1508/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação, com três emendas.

Data da Aprovação: 19/06/2024

4. Carreiras da saúde

A Comissão de Saúde aprovou várias propostas relacionadas às carreiras da saúde, permitindo que atividades tão diversas quanto essenciais para a promoção do bem-estar tivessem seu exercício regulamentado, com a fixação de direitos, deveres e requisitos profissionais de atuação. As categorias que conquistaram regramento próprio foram as de gerontólogo (a) (**PL 9003/2017**), Agente de Saúde Indígena (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN) (**PL 3514/2019**) e doula (**PL 3946/2021**).

Projetos relacionados a carreiras médicas contemplaram a fixação de piso salarial para médico(as) e cirurgiões(ãs)-dentistas (**PL 765/2015**), a limitação a 10% de carga horária semipresencial nos cursos de graduação em medicina veterinária (**PL 7036/2017**), a ampliação da obrigatoriedade de avaliação pré-anestésica por qualquer médico(a) que realizar procedimentos anestésicos (**PL 2545/2019**), a aplicação a estagiários(as) e médico(as) residentes de toda a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho (**PL 421/2021**), a garantia de continuidade do atendimento à população, na hipótese de desligamento de participantes dos Programas Mais Médicos e Médicos pelos Brasil (**PL 1791/2022**), e a permissão para que médico(a) veterinário(a),

inscrito(a) em Conselho Regional, exerça atividade profissional em todo o território nacional (**PL 4256/2023**).

O currículo dos cursos de medicina recebeu atenção especial em dois projetos: o **PL 6003/2023**, que inclui o tema da oncologia pediátrica na formação acadêmica dos cursos de medicina e enfermagem, e o **PL 1033/2024**, que prevê a inclusão da disciplina de genética médica, além de incentivos para aumento de vagas de residência na área.

O exercício da enfermagem foi tema das seguintes propostas: o **PL 5130/2019**, que obriga o órgão empregador a fornecer atendimento psicológico aos profissionais de enfermagem que necessitarem; o **PL 7322/2017**, que permite o exercício da profissão de auxiliar de enfermagem por técnico(a) em enfermagem sem cobrança em duplicidade da anuidade; e o **PLP 57/2024**, que a cria a Fundação de Amparo à Enfermagem Brasileira.

Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate a Endemias foram o foco de duas proposições: o **PL 2013/2019**, que estabelece uma periodicidade não superior a dois anos em cursos de aperfeiçoamento, e o **PL 2113/2022**, que fixa penalidades em caso de descumprimento do piso salarial e regulamenta a concessão de aposentadorias desses profissionais. Servidores da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que tenham manuseado inseticidas carcinogênicos conquistaram direito à assistência integral de saúde por meio do **PL 5489/2023**.

Proposição: PL 765/2015

Deliberação: Parecer às Emendas Apresentadas ao Substitutivo do Relator, Dep. Eduardo Velloso (UNIÃO-AC), pela aprovação deste, do PL 776/2015, do PL 1602/2015, do PL 11162/2018, do PL 1584/2019, do PL 1507/2022, do PL 2201/2019, do PL 1143/2022 e do PL 1259/2023, apensados, e da emenda ao substitutivo 1/2024, com substitutivo.

Data da Aprovação: 27/11/2024

Proposição: PL 7036/2017

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Luiz Lima (PL-RJ), pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição do substitutivo adotado pela Comissão de Educação.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 7322/2017

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 9003/2017

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Juliana Cardoso (PT-SP), pela aprovação deste e do PL 6764/2016, apensado, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Data da Aprovação: 27/11/2024

Proposição: PL 2545/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 19/11/2024

Proposição: PL 3514/2019

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Juliana Cardoso (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 30/10/2024

Proposição: PL 5130/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 24/04/2024

Proposição: PL 2013/2019

Deliberação: Parecer com complementação de voto da Relatora, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 421/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 3946/2021

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 8363/2017, apensado.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 1791/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARI-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 24/04/2024

Proposição: PL 2113/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 27/11/2024

Proposição: PL 4256/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação

Data da Aprovação: 22/05/2024

Proposição: PL 5489/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dimas Gadelha (PT-RJ), pela aprovação.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 6003/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Lula da Fonte (PP-PE), pela aprovação.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 1033/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PLP 57/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dimas Gadelha (PT-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

5. Covid-19

A Comissão de Saúde aprovou dois projetos sobre a covid-19: o **PL 2706/2020**, para realização do exame de oximetria de pulso e/ou de dedo como protocolo de triagem nos pacientes suspeitos de covid-19, e o **PL 1820/2021**, que cria a Política de Atenção Integral às Vítimas e Familiares de Vítimas da Pandemia da covid-19.

Proposição: PL 2706/2020

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 1820/2021

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Ana Paula Lima (PT-SC), pela aprovação deste e das emendas adotadas pela Comissão de Educação.

Data da Aprovação: 24/04/2024

6. Doação de sangue

O incentivo à doação de sangue foi o foco dos quatro projetos aprovados pela Comissão de Saúde sobre o tema: o **PL 1516/2023**, que estabelece a possibilidade de coleta regular de sangue durante disciplinas de hematologia e hemoterapia em cursos de graduação e pós-graduação; o **PL 110/2024**, que cria o Programa de Ensino e Conscientização sobre Doação de Sangue, Órgãos/Tecidos e Leite Materno no currículo acadêmico brasileiro; o **PL 3572/2023**, que dispensa atleta que comprovar ser doador(a) regular de sangue, plaquetas ou medula óssea do pagamento integral ou parcial de inscrição em competições; e o **PL 531/2022**, que cria o Programa Nacional Integrado de Doação de Sangue, Plaquetas e Medula Óssea.

Proposição: PL 531/2022

Deliberação: Parecer com complementação de voto do Relator, Dep. Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela aprovação deste, do PL 730/2023, e do PL 1372/2024, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 1516/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Juliana Cardoso (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 3572/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Ely Santos (REPUBLIC-SP), pela aprovação.

Data da Aprovação: 27/11/2024

Proposição: PL 110/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Lula da Fonte (PP-PE), pela aprovação.

Data da Aprovação: 22/05/2024

7. Medicamentos

A Comissão de Saúde aprovou sete propostas relacionadas a medicamentos em 2024. O **PL 877/2024** fixa a exigência de alerta sobre o efeito de remédios em motoristas, a constar em rótulos e propagandas. Também com foco educativo, o **PL 1613/2022** prevê a publicidade obrigatória de informações sobre medicamentos de alto custo.

Com o **PL 2390/2023**, estabelecimentos hospitalares, clínicas e unidades de saúde ficam obrigados a informar a presença de lactose ou proteínas lácteas na composição de medicamentos ofertados. A manutenção de bulas de medicamentos em formato impresso, disponíveis universalmente a qualquer pessoa, independentemente de seu acesso à internet ou familiaridade com tecnologias digitais, fica garantida no **PL 715/2024**.

Duas propostas tiveram incidência em farmácias ou laboratórios farmacêuticos: o **PL 2028/2015**, que estabelece punição para farmácias que repassarem dados de prescrição médica a laboratórios farmacêuticos, e o **PL 3044/2019**, que permite a retirada de medicamentos em farmácias populares por terceiros(as), sem a presença do(a) paciente, mediante apresentação da receita médica.

Por fim, o **PL 3483/2015** define os requisitos essenciais de implantes cirúrgicos e determina a notificação compulsória às autoridades sanitárias de falhas detectadas.

Proposição: PL 2028/2015

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 3483/2015

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 03/07/2024

Proposição: PL 3044/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela aprovação deste e do PL 928/2020, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 1613/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 17/04/2024

Proposição: PL 2390/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Amom Mandel (CIDADANIA-AM), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 715/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Juliana Cardoso (PT-SP), pela aprovação deste, do PL 744/2024, do PL 925/2024, e do PL 2478/2024, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 1258/2024, apensado, e da emenda apresentada na Comissão de Saúde.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 877/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 12/11/2024

8. Políticas públicas de saúde

A elaboração de políticas públicas de saúde, uma das áreas fundamentais do trabalho da Comissão, recebeu atenção especial dos membros do colegiado. Para o combate às doenças metabólicas, foram aprovados o **PL 4075/2023** (Política Nacional de Rastreamento, Diagnóstico e Tratamento Precoces da Retinopatia Diabética), o **PL 1395/2023**, que inclui informação sobre cirurgia bariátrica na carteira de identidade, o **PL 3886/2023**, que institui a Política de Prevenção e Tratamento da Obesidade no SUS, e o **PL 5504/2023**, que prevê tutoria para alunos(as) com diabetes.

No campo das doenças crônicas, foram aprovados o **PL 5538/2019** (Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Epilepsia), o **PL 2812/2021** (Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Encefalomielite Miálgica/Síndrome da Fadiga Crônica), o **PL 3809/2019**, que cria o Programa Nacional de Assistência Integral ao Vitiligo e à Psoríase, o **PL 1857/2024**, que dá validade permanente do laudo médico que atesta a fibromialgia, e o **PL 792/2022**, que estabelece a Política Nacional de Prevenção e Combate à Esporotricose.

Na área das doenças cardiovasculares, foi aprovada a criação de protocolos de atendimento para urgências cardiovasculares no SUS (**PL 5972/2023**), o Plano Nacional de Atenção à Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) – **PL 949/2024** – e a liberação de pessoas com marca-passo de passarem por detector de metal (**PL 3842/2023**).

Entre os três projetos aprovados no campo da saúde integral, estão o **PL 4028/2015**, que institui a Política de Assistência à Saúde na Rede Pública de Ensino, o **PL 2726/2022**, que cria a Política Nacional de Convivência Sociocultural, Arte e Economia Solidária, o **PL 3099/2019**, que cria a Política Nacional de Autocuidado, o **PL 2543/2024**, que cria a Política Nacional de Promoção do Bem-Estar Coletivo, e o **PL 682/2021**, que regulamenta a cinoterapia (terapia assistida por cães).

Entre as políticas públicas que asseguram serviços e tratamentos de saúde, foram aprovados o **PL 1035/2015**, para implantação de Unidades de Urgência em Fisioterapia nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS), o **PL 3611/2020**, que garante tratamento de usuários e dependentes químicos no sistema prisional, o **PL 1495/2019**, que prevê a realização gratuita de cirurgias reparadoras e reconstrutivas às vítimas de escarificação, o **PL 1177/2024**, que exige kit de primeiros socorros em veículos dos órgãos de segurança pública, e o **PL 2893/2021**, que permite a doação de créditos de energia para entidades de assistência social, saúde e educação.

Foram aprovados ainda o **PL 5688/2023**, que cria a Política Nacional de Enfrentamento à Infecção por Papilomavírus (HPV), e o **PL 5940/2023**, para prevenção, detecção e tratamento da rabdomiólise induzida pelo esforço físico e pelo calor (doença da urina preta).

Proposição: PL 4028/2015

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Ana Paula Lima (PT-SC), pela aprovação deste e do PL 4992/2016, apensado, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Educação, com subemenda.

Data da Aprovação: 15/05/2024

Proposição: PL 3099/2019

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PL-RO), pela aprovação deste, do PL 939/2024 e do PL 948/2024, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 5538/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, com substitutivo

Data da Aprovação: 08/05/2024

Proposição: PL 2812/2021

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Ana Pimentel (PT-MG), pela aprovação deste e do PL 1040/2022, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 22/05/2024

Proposição: PL 792/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 03/07/2024

Proposição: PL 2726/2022

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 4075/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Francisco (PT-PI), pela aprovação deste e do PL 1219/2024, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 1395/2023

Deliberação: Parecer com complementação de voto da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 22/05/2024

Proposição: PL 3842/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela aprovação deste e do substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, na forma do substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 3886/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 5504/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Francisco (PT-PI), pela aprovação, com substitutivo

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 5688/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Ana Paula Lima (PT-SC), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 19/11/2024

Proposição: PL 5940/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 5972/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 682/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Flávio Nogueira (PT-PI), pela aprovação deste e da emenda adotada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data da Aprovação: 03/07/2024

Proposição: PL 949/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), pela aprovação.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 2543/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 1035/2015

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 3611/2020

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), pela aprovação deste e do PL 2546/2021, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 24/04/2024

Proposição: PL 1495/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 1177/2024

Deliberação: Parecer com complementação de voto do Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), pela aprovação do PL 1177/2024, com substitutivo, e da emenda adotada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Data da Aprovação: 30/10/2024

Proposição: PL 1857/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 3809/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação deste, do PL 6227/2019, do PL 2274/2021, do PL 1207/2021 e do PL 212/2023, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 03/07/2024

Proposição: PL 2893/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Antonio Andrade (REPUBLIC-TO), pela aprovação deste, do PL 2156/2022, do PL 3309/2023, do PL 4113/2023 e do PL 4651/2023, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 05/06/2024

9. Saúde ambiental e assistência sanitária

Foram onze os projetos aprovados pela Comissão de Saúde que tratam de saúde ambiental e assistência sanitária. Entre eles, estão a Política Nacional de Combate à Dengue, Chikungunya e Zika vírus (**PL 11225/2018**), a permissão de acesso forçado a imóveis públicos e privados por autoridades sanitárias em situações de grave ameaça à saúde pública (**PL 3826/2015**) e a concessão de kit básico de higiene nas escolas públicas (**PL 885/2015**).

Para conscientizar sobre a importância do controle de zoonoses no equilíbrio ambiental, foram aprovados o **PL 905/2024**, que institui o Dia Nacional das Zoonoses, e o **PL 4267/2021**, que cria a Campanha Nacional de Conscientização sobre o Controle da Giardíase em Animais Domésticos.

Com o **PL 3174/2019** são fixadas regras para a qualidade da água de piscinas de uso coletivo, e com o **PL 2933/2021** é estabelecida a obrigatoriedade de certificação de boas práticas de fabricação de dispositivos médicos classificados pela Anvisa como de risco sanitário alto e máximo. A substituição de células de mercúrio por tecnologias de menor potencial poluidor em indústrias que utilizem eletrólise com tecnologia a mercúrio é o tema do **PL 427/2019**.

Foram aprovados também o **PLP 11/2024**, que classifica repelentes e protetores solares como bens essenciais, o **PL 5622/2023**, que prevê a integração entre educação ambiental e saúde humana na Política Nacional de Educação Ambiental, e o **PL 3659/2023**, que garante sigilo para pessoas com infecção por vírus linfotrópico de células T humanas (HTLV).

Proposição: PL 885/2015

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição da emenda adotada pela Comissão de Educação.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 905/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Meire Serafim (UNIÃO-AC), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 3826/2015

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação deste, do PL 3663/2019, do PL 3877/2023 e do PL 3169/2023, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 11225/2018

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação deste e do PL 526/2024, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 4267/2021

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 427/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Leo Prates (PDT-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 3174/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 22/05/2024

Proposição: PL 2933/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Júnior Mano (PL-CE), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 17/04/2024

Proposição: PL 5622/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), pela aprovação.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PLP 11/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PP-RO), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 3659/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Paulo Folletto (PSB-ES), pela aprovação.

Data da Aprovação: 11/12/2024

10. Saúde da mulher, de crianças e adolescentes

A Comissão de Saúde aprovou diversos projetos que asseguram direitos das mulheres nos serviços de saúde. No que diz respeito ao combate às violências de gênero, foi aprovado o **PL 10025/2018**, que obriga os serviços de saúde a notificarem o Ministério Público sobre violência contra a mulher atendida nas unidades de saúde.

No campo da saúde reprodutiva, foram aprovados o **PL 57/2021**, que facilita processos de reconhecimento de paternidade, o **PL 6384/2019**, que garante aulas remotas a alunas durante afastamento para parto e amamentação, e o **PL 4526/2021**, sobre o tratamento de condições clínicas que possam afetar a fertilidade de mulheres e homens. E, ainda, o **PL 2611/2023**, que determina a Inclusão de impressão digital da mãe e do recém-nascido na Declaração de Nascido Vivo (DNV).

Três propostas aprovadas tratam do câncer de mama: o **PL 2291/2023**, que amplia o direito à cirurgia reparadora de mama no SUS, independentemente da causa, o **PL 4941/2023**, que prevê mutirões de exames para detecção e controle do câncer de mama entre as atividades da campanha “Outubro Rosa”, e o **PL 1346/2022**, que determina a notificação obrigatória ao Governo sobre resultado positivo em exame de mamografia, citologia do colo uterino e biópsia da mama.

Entre as campanhas de conscientização, foram aprovados o **PL 23/2022**, que institui a “Campanha Check-up Feminino” no SUS, para orientar a população feminina e prevenir enfermidades, o **PL 1986/2024** que institui campanhas de conscientização sobre os sintomas dos principais cânceres infantis, o **PL 2859/2020** que cria a Semana Nacional da Maternidade Atípica, o **PL 5034/2020**, que institui o Dia Nacional de Prevenção da Asfixia Perinatal, e o **PL 5782/2023**, que propõe o “Setembro em Flor”, campanha de conscientização sobre os tumores ginecológicos.

Por fim, foi aprovado o **PL 406/2024**, que cria o Programa de Detecção Precoce e Tratamento da Adenomiose (dor pélvica).

Proposição: PL 10025/2018

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela aprovação deste, do PL 8488/2017, do PL 8003/2017 e do PL 121/2019, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 03/07/2024

Proposição: PL 6384/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação deste e do PL 4870/2020, apensado, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Data da Aprovação: 08/05/2024

Proposição: PL 57/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação deste e da emenda adotada pela Comissão de Educação, com emenda.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 4526/2021

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Ana Pimentel (PT-MG), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 23/2022

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Data da Aprovação: 15/05/2024

Proposição: PL 2611/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Zé Vitor (PL-MG), pela aprovação.

Data da Aprovação: 24/04/2024

Proposição: PL 5034/2020

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela aprovação.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 2859/2020

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARI-RJ), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 2291/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Iza Arruda (MDB-PE), pela aprovação.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 4941/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Proposição: PL 5782/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Delegada Katarina (PSD-SE), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 406/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PP-RO), pela aprovação.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 1986/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 11/12/2024

11. Saúde da pessoa idosa

A Comissão de Saúde aprovou cinco projetos relacionados à população idosa: o **PL 761/2015**, que estabelece convênio do SUS com entidades privadas para atendimento ambulatorial a pessoas idosas, o **PL 127/2024**, que cria um programa de saúde mental específico para a população idosa de baixa renda, o **PL 624/2024**, que isenta de biometria os idosos(as) em atendimentos médicos, exames e cirurgias, se comprovada a tentativa frustrada de cadastro biométrico, o **PL 3512/2023**, que classifica as instituições de longa permanência como entidades da área da saúde e da assistência social, e o **PL 363/2024**, que cria a Semana Nacional de Conscientização sobre Cuidados Preventivos da Osteoporose.

Proposição: PL 761/2015

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 3512/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Zé Vitor (PL-MG), pela aprovação.

Data da Aprovação: 26/11/2024

Proposição: PL 127/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação deste e do PL 777/2024, apensado, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 363/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Icaro de Valmir (PL-SE), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 03/07/2024

Proposição: PL 624/2024

Deliberação: Parecer com complementação de voto do Relator, Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

12. Saúde mental

A Comissão de Saúde aprovou dez projetos sobre o tema da saúde mental, entre eles a Lei de Assistência Integral à Saúde Mental (**PL 2646/2024**), a Política Nacional de Saúde Mental nas Instituições de Ensino (**PL 4057/2023**) e a regulamentação da abordagem policial de pessoas em crise de saúde mental (**PL 958/2024**).

No campo da prevenção do suicídio, foram aprovadas a criação de protocolo de atendimento a vítimas de tentativa de suicídio em estabelecimentos que prestem atendimento de urgência e emergência (**PL 2652/2024**), a garantia de assistência psicossocial e atendimento gratuito e sigiloso a familiares e pessoas próximas de vítimas de suicídio e de pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico (**PL 4840/2023**), e a criação do Dia Nacional de Prevenção do Suicídio e do Dia Nacional de Prevenção da Automutilação (**PL 5015/2023**).

A saúde mental de profissionais de saúde é o foco do **PL 155/2024**, que cria a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, voltada à saúde mental desses trabalhadores.

Entre as campanhas de saúde, foram aprovadas o “Fevereiro Cinza”, para conscientizar sobre o transtorno de ansiedade generalizada (TAG) – **PL 3414/2021** – e o “Abril Verde”, para prevenção do transtorno de estresse pós-traumático (**PL 2596/2024**).

Foi aprovado ainda o **PL 311/2024**, que amplia o acesso à saúde mental após a pandemia, incorporando profissionais como psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e outros.

Proposição: PL 3414/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Bruno Ganem (PODE-SP), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 4057/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Allan Garcês (PP-MA), pela aprovação deste, do PL 5141/2023, do PL 6071/2023, do PL 80/2024 e do PL 2175/2024, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 4840/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 5015/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 155/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 30/10/2024

Proposição: PL 958/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Paulo Folletto (PSB-ES), pela aprovação deste e do PL 4107/2024, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 2596/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), pela aprovação, com emenda.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 311/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Ricardo Maia (MDB-BA), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 2646/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação deste e do PL 3816/2024, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 2652/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação deste e do PL 3504/2024, apensado, com substitutivo.

Data da Aprovação: 11/12/2024

13. Sistema Único de Saúde (SUS)

Entre os projetos relativos a serviços e tratamentos de saúde no SUS, foram aprovados o **PL 934/2024**, que assegura atendimento a pessoas com paralisia motora decorrente de doenças neuromusculares, o **PL 1267/2022**, que prevê assistência integral a pessoas com fendas orais, o **PL 5376/2023**, que inclui a neuromodulação não invasiva na lista de procedimentos do SUS, o **PL 6107/2023**, que prevê o uso de células-tronco mesenquimais e de oxigenoterapia hiperbárica para prevenção de doenças e agravos, e o **PL 4924/2020**, que assegura a realização de exame médico no SUS para candidato(a) de baixa renda que participe de concurso público.

No que diz respeito à gestão do sistema, foram aprovados o **PL 2641/2019**, que define requisitos mínimos para a compra de equipamentos destinados a procedimentos diagnósticos ou terapêuticos, e o **PL 850/2021**, que suspende metas contratualizadas com o SUS em situações de calamidade pública.

Foi aprovado também o **PL 9807/2018**, que institui o Programa Atividade Física no SUS, com foco na prática de atividades físicas regulares e na redução do sedentarismo.

Proposição: PL 934/2024

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), pela aprovação das emendas nºs 1, 2, 3 e 4 do Senado Federal ao PL 934/2024.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 9807/2018

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação deste, do PL 244/2020 e do PL 1603/2022, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 6107/2023

Deliberação: Parecer com complementação de voto da Relatora, Dep. Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 4924/2020

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação deste e das emendas nºs 1, 2, 3 e 4 adotadas pela Comissão de Trabalho.

Data da Aprovação: 29/10/2020

Proposição: PL 1267/2022

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, com substitutivo.

Data da Aprovação: 20/03/2024

Proposição: PL 2641/2019

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rosangela Moro (UNIÃO-SP), pela aprovação.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 850/2021

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação deste, do PL 187/2023 e do PL 4557/2023, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 5376/2023

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Silvia Cristina (PL-RO), pela aprovação.

Data da Aprovação: 05/06/2024

14. Vacinação

A Comissão de Saúde aprovou quatro propostas sobre imunizações: o **PL 2450/2022**, que inclui a vacina contra o herpes-zóster no calendário nacional de imunização do SUS, o **PL 1377/2021**, que dá prioridade à vacinação de pessoas autistas durante emergências sanitárias ou calamidades de saúde, o **PL 2471/2023**, que cria a Semana Nacional da Conscientização da Importância da Vacinação, e o **PL 776/2024**, que prevê a publicação de portaria, pelo Ministério da Saúde, com a lista de vacinas obrigatórias.

Proposição: PL 2450/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação deste, do PL 1772/2023, do PL 2757/2023, do PL 5003/2023, do PL 2806/2023, do PL 3348/2023, e do PL 5980/2023, apensados, com substitutivo.

Data da Aprovação: 11/12/2024

Proposição: PL 1377/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), pela aprovação.

Data da Aprovação: 27/11/2024

Proposição: PL 2471/2023

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação, com duas emendas.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 776/2024

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 955/2024, apensado.

Data da Aprovação: 30/10/2024

Projetos com pareceres pela rejeição:

Proposição: PL 320/2022

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), pela rejeição.

Data da Aprovação: 17/04/2024

Proposição: PL 2739/2011

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela rejeição.

Data da Aprovação: 24/04/2024

Proposição: PL 2892/2022

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela rejeição.

Data da Aprovação: 08/05/2024

Proposição: PL 2142/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Dr. Luiz Ovando (PP-MS), pela rejeição.

Data da Aprovação: 15/05/2024

Proposição: PL 1004/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela rejeição deste, do PL 1277/2023 e do PL 3410/2023, apensados.

Data da Aprovação: 22/05/2024

Proposição: PL 1460/2015

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela rejeição.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PL 4026/2021

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela rejeição deste e do PL 290/2022, apensado.

Data da Aprovação: 12/06/2024

Proposição: PDL 37/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Ismael Alexandrino (PSD-GO), pela rejeição.

Data da Aprovação: 19/06/2024

Proposição: PL 1258/2024 (apensado ao PL 715/2024)

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Juliana Cardoso (PT-SP), pela rejeição do PL 1258/2024, apensado, e da emenda apresentada na Comissão de Saúde.

Data da Aprovação: 14/08/2024

Proposição: PL 2028/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela rejeição

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 2589/2015

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela rejeição deste, do PL 190/2023, do PL 3710/2023, PL 2350/2024 e do PL 3346/2024, apensados, e do substitutivo adotado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Data da Aprovação: 29/10/2024

Proposição: PL 955/2024 (apensado ao PL 776/2024)

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela rejeição.

Data da Aprovação: 30/10/2024

Proposição: PL 4432/2019

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela rejeição.

Data da Aprovação: 12/11/2024

Proposição: PL 1052/2015

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Flávio Nogueira (PT-PI), pela rejeição deste e do PL 4089/2015, apensado.

Data da Aprovação: 19/11/2024

Proposição: PL 474/2022

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela rejeição.

Data da Aprovação: 27/11/2024

Proposição: PL 3092/2012

Deliberação: Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (REPUBLIC-PR), pela rejeição.

Data da Aprovação: 04/12/2024

Proposição: PL 8363/2017 (apensado ao PL 3946/2021)

Deliberação: Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela rejeição.

Data da Aprovação: 05/06/2024

Comissão de Saúde



ORÇAMENTO

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual determina as receitas e fixa as despesas do governo federal para o ano seguinte, indicando quanto será aplicado em cada área e quais serão as fontes de recursos. Em linhas gerais, a LOA projeta parâmetros macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB); a inflação e a taxa de juros; prevê a arrecadação com tributos e outras fontes de recursos; estabelece metas para a política fiscal; além de definir os valores que a União poderá empregar em investimentos e financiamentos.

Em 2024, conforme as diretrizes da Comissão Mista de Orçamento, a Comissão de Saúde pode apresentar, no máximo, 4 (quatro) Emendas de Apropriação e 4 (quatro) Emendas de Remanejamento à Lei Orçamentária Anual de 2025 (Projeto de Lei nº26, de 2024- CN).

Na reunião realizada em 4 de dezembro de 2024, foram apresentadas um total de 105 (cento e cinco) Sugestões de Emenda ao Orçamento (SOR). Dentre elas, foram aprovadas 4 (quatro) emendas de apropriação, destinadas ao incremento temporário de atenção primária, ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial, à estruturação da atenção especializada e ao fortalecimento da vigilância em saúde. Também foram aprovadas 3 (três) emendas de remanejamento, reservadas à saúde digital, à estruturação dos serviços de hematologia e à estruturação da atenção primária à saúde e da saúde bucal.

Emendas de apropriação:

Tipo de Emenda: Apropriação

Programa: Atenção Primária à Saúde

Ação: 2E89 - Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária à saúde para cumprimento de metas

Funcional Programática: 10.301.5119.2E89.0001

Valor: : R\$ 5.000.000.000

Tipo de Emenda: Apropriação

Programa: Atenção Especializada à Saúde

Ação: 2E90 - Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para cumprimento de metas

Funcional Programática: 10.302.5118.2E90.0001

Valor: : R\$ 5.000.000.000

Tipo de Emenda: Apropriação

Programa: Vigilância em Saúde e Ambiente

Ação: 20YJ – Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente

Funcional Programática: 10.305.5123.20YJ.0001

Valor: R\$ 2.000.000.000

Tipo de Emenda: Apropriação

Programa: Atenção Especializada à Saúde

Ação: 8535 – Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde

Funcional Programática: 10.302.5118.8535.0001

Valor: R\$ 5.000.000.000

Emendas de remanejamento:

Tipo de Emenda: Remanejamento

Programa: Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde

Ação: 21CF – Implantação, desenvolvimento e manutenção de saúde digital, telessaúde e inovação no SUS

Funcional Programática: 10.573.5121.21CF.0001

Valor: R\$ 70.000.000

Tipo de Emenda: Remanejamento

Programa: Atenção Especializada à Saúde

Ação: 21D9 – Estruturação dos serviços de hematologia e hemoterapia

Funcional Programática: 10.303.5118.21D9.0001

Valor: R\$ 25.000.000

Tipo de Emenda: Remanejamento

Programa: Atenção Primária à Saúde

Ação: 8581 – Estruturação da rede de serviços de atenção primária à saúde e saúde bucal

Funcional Programática: 10.301.5119.8581.0001

Valor: R\$ 100.000.000

Comissão de Saúde



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiências Públicas

As reuniões de audiência pública, de acordo com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, têm como objetivos instruir matérias legislativas em tramitação e tratar de temas de interesse público dentro da área de atuação da Comissão. Podem ser propostas por qualquer de seus membros ou ainda a pedido de entidade interessada. No ano de 2024, a Comissão de Saúde realizou 52 reuniões desse tipo, das quais quatro foram em conjunto com outras Comissões permanentes ou temporárias da Câmara dos Deputados.

1. Desafios assistenciais dos pacientes de Edema Macular Diabético no SUS

Data da reunião: 11/04/2024

Requerimento nº 24/2024 CSAUDE, do Dep. Dr. Zacharias Calil (União-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre os desafios assistenciais dos pacientes de edema macular diabético no Sistema Único de Saúde (SUS).

O Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO), que pediu a realização da reunião, informou que a retinopatia diabética é uma complicação do diabetes mellitus, sendo considerada a principal causa de cegueira em pessoas em idade laboral. "Quando estas lesões de retinopatia ocorrem na mácula, resultam em uma condição chamada edema macular diabético", explicou.

Segundo o deputado, o Brasil é o sexto país com maior prevalência de diabetes e os dados mostram que a principal causa de perda visual na população diabética é o edema macular diabético.

Em 2021, estimou-se que 15,7% da população adulta (20–79 anos) brasileira era de pessoas com diabetes, com projeção de 23,2% em 2045. Como o diagnóstico do diabetes tipo 2 pode ocorrer tardiamente após o início da doença, estima-se que cerca de 30% destes pacientes já poderão apresentar algum grau de retinopatia ao diagnóstico.

De acordo com estudo publicado em 2019 pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, a retinopatia diabética é responsável por 4,8% dos 37 milhões de casos de cegueira devido a doenças oculares, o que equivale a um impacto potencial de 1,8 milhão de pessoas.

A assistência a essa população no SUS é realizada em Centros de Referência em Oftalmologia, mas o deputado destacou que o paciente demora a ter acesso ao serviço especializado.

"A assistência aos pacientes com edema macular diabético pelo SUS apresenta relevantes necessidades não atendidas no que se refere à disponibilidade limitada de alternativas terapêuticas, de tratamentos que diminuam o custo para o paciente e para o sistema de saúde, bem como desafios relacionados ao financiamento destes medicamentos", disse.



Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Vanessa Pirolo

Coalizão Vozes do Advocacy

César Achkar Magalhães

Retina Brasil

Fernando Korn Malerbi

Coordenador do Departamento de Doenças Oculares da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

Arnaldo Furman Bordon

Presidente da Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo

Mauro Goldbaum

Diretor de Relações Internacionais do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO)

Roney Pereira Pinto

Diretor-geral da Central Estadual de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa – GO

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72246>

2. Cobertura do tratamento de pessoas autistas pelos planos de saúde

Data da reunião: 18/04/2024

Requerimento nº 20/2024 CSAUDE, do Dep. Zé Vitor (PL-MG)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu sobre a cobertura de tratamento para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelos planos de saúde. A audiência pública foi solicitada pelo Deputado Zé Vitor (PL-MG).

A cobertura dos planos de saúde é fundamental para garantir o acesso a um tratamento adequado e de qualidade para as pessoas com autismo. Essa avaliação foi feita pelo Deputado Zé Vitor (PL-MG). Para o deputado, a falta de cobertura pode comprometer o desenvolvimento e a qualidade de vida daqueles que têm o TEA.

O tratamento do TEA é multidisciplinar e envolve diversas áreas, como psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 80 milhões de pessoas no mundo têm o transtorno, enquanto no Brasil estima-se que esse número seja mais de 2,2 milhões. Essas pessoas podem ter dificuldades em diversas áreas, como linguagem, desenvolvimento motor e habilidades sociais e também ter interesses restritos.

Na audiência pública, a gerente-geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Ana Cristina Marques, informou que 16 milhões de brasileiros, entre os quais se incluem os autistas, são atendidos pelos planos de saúde sem limitações para o número de sessões com psicólogos, terapias ocupacionais e fonoaudiólogo.



Câmara dos Deputados

A representante da ANS ressaltou, porém, que a legislação tem critérios e que o atendimento depende de prescrição médica. “Os procedimentos realizados fora desses critérios não terão cobertura, então atendimentos fora do ambiente ambulatorial, de saúde, atendimentos realizados por profissionais que não são da área de saúde, não estão cobertos”, explicou.

Já o presidente da Associação de Amigos do Autista de Minas Gerais (AMA), William Boteri, reclamou que os planos de saúde não estão dando apoio para resolver esse problema. “Alguns planos impõem restrições, como limites para sessões, o que dificulta o atendimento adequado. Nesses casos, os

beneficiários precisam procurar seu direito na Justiça, recorrer à ANS, ao Procon, ao Ministério Público e outros", relatou. "É um desgaste desnecessário", criticou.

O Deputado Zé Vitor é relator na Comissão de Saúde de um projeto de lei sobre tratamentos multidisciplinares pelos planos de saúde a autistas (PL 2003/19). A proposta muda a legislação sobre os planos de saúde (Lei 9.656/98) e retira o limite de atendimentos multidisciplinares para pessoas autistas.

Reajuste da coparticipação

A cidade de Uberlândia (MG) se tornou modelo na legislação para essa população, com profissionais de apoio em escolas. A cidade conta com parques com brinquedos acessíveis e sessões de cinema para autista e, desde 2021, proíbe fogos de artifício barulhentos.

Vereador da cidade, Ronaldo Tannus relatou, no entanto, que há um entrave no atendimento de saúde. Ele sugeriu o fim da coparticipação pelos planos de saúde em caso de sessões de tratamento de autismo. Segundo ele, o aumento de preços chegou a 600%.

"Levando em consideração que essas crianças não fazem somente uma terapia ou duas por semana, várias crianças têm necessidade real de fazer até 20 terapias por semana. Então veja que absurdo: para uma mãe ou um pai que gastava de coparticipação entre R\$600,00 e R\$700,00 começou a chegar uma fatura de R\$ 5 mil, sem nenhum pré-aviso", disse o vereador. "Isso precisa ser resolvido o mais rápido possível."

Ele alertou que o País ainda precisa avançar na formação de profissionais. "Hoje há uma crescente demanda em relação ao transtorno de espectro autista, que, por muito tempo, não foi incluído na graduação dos profissionais de saúde. Há necessidade de se rever a formação de graduação dos profissionais para que estejam preparados, ao se formar, a cuidar das pessoas com deficiência, incluindo as pessoas com TEA", declarou.

Expositores:

Ronaldo Tannus

Vereador de Uberlândia, Minas Gerais

William Boteri

Presidente da Associação de Amigos do Autista de Minas Gerais (AMA)

Arthur de Almeida Medeiros

Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência – CGPD/DAET/SAES/MS

Ana Cristina Marques Martins

Gerente-Geral de Regulação Assistencial (GGRAS), Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos (DIPRO), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72372>

3. Diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças renais

Data da Reunião: 23/04/2024

Requerimentos nº 1/2024 e nº 45/2024 CSAUDE, da Dep. Silvia Cristina (PP-RO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças renais.

A doença renal crônica leva a uma redução da capacidade dos rins de remover toxinas e excesso de água no organismo e pode ser classificada em estágios, conforme a perda renal.

"Na maior parte do tempo de evolução, o quadro é assintomático, fazendo com que o diagnóstico seja tardio e o paciente precise passar por hemodiálise", alertou a Deputada Silvia Cristina (PP-RO), que pediu a realização da audiência.

Segundo ela, nas últimas décadas tem-se observado um aumento expressivo da doença, que possui alta mortalidade e elevados custos para os sistemas de saúde. E, por ser silenciosa e possuir tratamento complexo, a prevenção é o melhor remédio.

"Prevenir a doença renal crônica está diretamente relacionado a estilos e condições de vida das pessoas. Tratar e controlar os fatores de risco como diabetes, hipertensão, obesidade, doenças cardiovasculares e tabagismo são as principais ações", ressaltou.



Câmara dos Deputados

Expositores:

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)

Deputado Federal

José Aluísio Vieira

Fundador da Fundação Pró-Rim

Marcos Alexandre Vieira

Nefrologista e Presidente do Conselho Curador da Fundação Pró-Rim

Hugo Abensur

Nefrologista e Coordenador do Programa de Diálise Peritoneal do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP)

Danilo Campos da Luz e Silva

Coordenador-Geral de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde - CGAE/DAET/SAES/MS

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72374>

4. Carreira de auditoria do Sistema Único de Saúde

Data da reunião: 23/04/2024

Requerimento nº 7/ 2024 CSAUDE, do Dep. Jorge Solla (PT-BA)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre a criação da carreira de auditor do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde foi criado pela Lei nº 8689/93, com atribuições voltadas à avaliação técnico científica, contábil, financeira e patrimonial do SUS, realizadas de forma descentralizada.

O debate foi solicitado pelo Deputado Jorge Solla (PT-BA). Ele alertou para a carência de servidores no órgão: apenas 460 em todo o País. "Demonstrando que a situação é crítica e vem sistematicamente prejudicando as ações de auditoria", declarou.

O deputado demandou esclarecimentos do governo sobre a criação da carreira de auditor do SUS, que aguarda a instalação de mesa específica no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Expositores:

Jomilton Costa Souza

Diretor-Substituto do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde

Mário Barbosa dos Santos

Diretor de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Fernanda Lou Sans Magano

Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

José Wagner de Queiroz

Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (UNASUS Sindical)

Rudinei dos Santos Marques

Representante da Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público (FENAUD)

Vinícius Augusto Guimarães

Auditor-chefe adjunto do Tribunal de Contas da União (TCU)

Silvia Regina Pontes Lopes

Procuradora do Ministério Público Federal

Lucieni Pereira

Representante da Associação dos Auditores do TCU (AUD-TCU)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72375>

5. Homenagem ao Grupo Mulheres do Brasil e à Frente Unidos pela Vacina

Data da reunião: 25/04/2024

Requerimento nº 34/2024 CSAUDE, da Dep. Iza Arruda (MDB-PE)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para homenagear os 10 anos do Grupo Mulheres do Brasil e as ações da Frente Unidos pela Vacina. O debate foi realizado a pedido da Deputada Iza Arruda (MDB-PE).

A presidente do Grupo Mulheres do Brasil, Luiza Trajano, e outras dirigentes do colegiado foram convidadas para a reunião.

"O Grupo Mulheres do Brasil foi criado em 2013 por 40 mulheres de diferentes segmentos com o intuito de engajar a sociedade civil na conquista de melhorias para o País", explicou Iza Arruda.

Já o movimento Unidos Pela Vacina foi criado por Luiza Trajano para unir a sociedade civil e empresários em projetos para apoiar a infraestrutura vacinal dos municípios, como empresas madrinhas, que realizam doações para acelerar o processo de vacinação.



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Expositores:

Luiza Helena Trajano

Fundadora do Magazine Luiza e presidente do Grupo Mulheres do Brasil

Betania Tanure

Representante do Grupo Mulheres do Brasil

Janete Vaz

Fundadora do Grupo SABIN e líder do Grupo Mulheres do Brasil em Brasília

Jurema Telles

Médica oncologista e coordenadora do Programa Útero é Vida

Maria Fernanda Teixeira

Representante do Grupo Mulheres do Brasil

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72371>

6. Tratamento da Distrofia Muscular de Duchenne

Data da reunião: 30/04/2024

Requerimento nº 33/2024 CSAUDE, do Dep. Pinheirinho (PP-MG)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para debater o processo de autorização, por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do medicamento Elevidys para o tratamento da distrofia muscular de Duchenne. A doença é degenerativa e acomete 1 a cada 3.500 nascidos vivos do sexo masculino no mundo. O debate foi mediado pelo Deputado Dimas Fabiano (PP-MG).

O tratamento com a microdistrofina Elevidys foi aprovado nos EUA para pacientes pediátricos ambulatoriais de 4 a 5 anos com distrofia muscular de Duchenne com uma mutação confirmada no gene DMD, explicou o Deputado Pinheirinho (PP-MG), que pediu a realização da reunião. O medicamento, considerado inovador, consiste em uma terapia de transferência de genes de dose única para infusão intravenosa projetada para abordar a causa subjacente da doença por meio da produção direcionada de microdistrofina

no músculo esquelético.

"A importância do tratamento para as crianças com 5 anos de idade é dar a expectativa de melhor eficácia nos testes, como vem ocorrendo nos Estados Unidos. O tempo está passando, trazendo a diminuição e a perda da oportunidade para esse grupo de pessoas no tratamento da DMD, caso não haja a agilidade da Anvisa em autorizar o registro do medicamento no Brasil", disse o deputado.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Expositores:

Karina Hamada Iamasaki Züge

Presidente da Aliança Distrofia Brasil

Érick Cavalcanti Cossa

Médico, pai de Enrico Cossa, diagnosticado com a Síndrome de Distrofia Muscular de Duchenne

Leonardo Bia

Líder de Relações Governamentais Roche Brasil, Laboratório Roche, Produtos Roche, Químicos e Farmacêuticos S.A.

Luís Fernando Grossklauss

Médico neurologista, responsável pelo Ambulatório Neuromuscular infantil da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Maria Carolina Martins Mynssen Miranda de Freitas

Presidente da Comissão de Direito Médico da Associação Brasileira de Advogados

João Batista da Silva Júnior

Representante da Segunda Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72377>

7. Fim da exigência de bulas impressas nos medicamentos

Data da reunião: 07/05/2024

Requerimentos nº 4/2024 CSAUDE, da Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), nº 22/2024 CSAUDE, da Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), nº 39/2024 CSAUDE, do Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO-SE), nº 51/2024 e nº 52/2024 CSAUDE, do Dep. Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu as implicações da não exigência de bulas impressas para alguns medicamentos. A audiência pública foi solicitada pelas Deputadas Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Alice Portugal (PCdoB-BA), entre outros.

Jandira Feghali explicou que a Lei 11.903/09, alterada em 2022, faculta à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) definir quais medicamentos podem ter a bula exclusivamente em formato digital.

Por sua vez, Alice Portugal acrescentou que a Anvisa criou um grupo de trabalho para acompanhar, avaliar e propor ações regulatórias para a normatização sobre a bula digital de medicamentos. A proposta é que seja incluído nas embalagens de medicamentos um código de barras bidimensional (QR Code), que daria acesso à bula digital.

Ela destacou que, na avaliação da Anvisa, a medida poderia melhorar o acesso à bula e a outras informações por meios digitais, promovendo uma abordagem mais abrangente para o uso responsável de medicamentos.

A deputada lembrou ainda que o Brasil conta com cerca de 36 milhões de pessoas que não têm acesso à internet.

Jandira Feghali defendeu modificação na lei, para exigir que a bula seja sempre em papel. "Mais de 20 milhões de idosos, para citar apenas um exemplo, não estão familiarizados com tecnologia e enfrentariam dificuldades para acessar as bulas, caso estivessem disponíveis apenas no formato digital. Trata-se, pois, de tornar o acesso, até então universal, bastante restrito", argumentou.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Expositores:

Alexandre Rolf de Moraes

Representante do Movimento Exija a Bula

Tiago Vicente

Presidente-executivo da Associação Brasileira de Indústria de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (Pró-Genéricos)

Henrique Tada

Diretor-executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (ALANAC)

Jackson Lucena

Assessor de relacionamento governamental da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em Saúde (Acessa)

Luiz Gustavo Pires

Representante do Conselho Federal de Farmácia

Fábio José Basílio
Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (FENAFAR)

Marcelo Polacow
Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72475>

8. Criação do cartão de identificação do usuário do SUS

Data da reunião: 07/05/2024

Requerimento nº 10/2024 CSAUDE, da Dep. Adriana Ventura (Novo-SP)

Representantes do governo federal, de estados e municípios e especialistas em saúde manifestaram apoio e apresentaram, na Câmara dos Deputados, sugestões pontuais à ideia de consolidar em lei federal as regras do prontuário eletrônico único, reunindo informações detalhadas de saúde dos usuários dos sistemas público e privado do País.

As propostas estão sendo analisadas pela Comissão de Saúde e têm como relatora a Deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que propôs o debate no colegiado.

Na prática, as propostas inserem em lei regras específicas para o funcionamento de estruturas já existentes: a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), a Plataforma SUS Digital e o Cadastro Nacional de Pessoas para a Saúde (CadSUS).

“A Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) já fez um relatório [sobre as propostas] que foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia. O objetivo aqui não é colocar um relatório para guerrear com o outro, mas fazer um debate muito franco e realmente tirar o que for melhor para o País. Não há pressa em aprovar esse relatório, o importante é que todos sejam ouvidos”, ponderou Adriana Ventura.



Assessoria da Comissão de Saúde

Expositores:

Ana Estela Haddad

Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde

Paula Xavier dos Santos

Coordenadora-Geral de Inovação e Informática em Saúde da Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde

Chao Lung Wen

Presidente da Associação Brasileira de Telessaúde e Telemedicina

Felipe Ferré

Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)

Michael Luiz

Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)

Leonardo de Castro

Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72473>

9. Regulamentação de profissões do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena

Data da reunião: 09/05/2024

Requerimento nº 14/2024 CSAUDE, da Dep. Juliana Cardoso (PT-SP)

Em audiência pública da Comissão de Saúde, representantes de entidades como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e dos ministérios da Saúde e dos Povos Indígenas concordaram com a necessidade de regulamentar as profissões de agente indígena de saúde e de agente indígena de saneamento.

Atualmente, estão em atividade 4.508 agentes indígenas de saúde e 2.541 agentes indígenas de saneamento, integrados no Sistema de Saúde Indígena. A Comissão de Saúde discutiu a necessidade da aprovação de um projeto (PL 3514/19) da ex-deputada Joenia Wapichana (RR).

A Deputada Juliana Cardoso (PT-SP), que pediu a audiência pública, é a relatora da proposta que regulamenta a profissão de agente indígena de saúde e de saneamento e buscou, na reunião, contribuições para elaborar o parecer. O texto exige dos profissionais dominar a língua da comunidade, conhecer os costumes e a saúde indígena, e exige dedicação exclusiva, sem outro vínculo empregatício. A seleção dos agentes teria a participação da comunidade indígena.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Juma Xipaia

Secretária Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas

Ricardo Weibe Nascimento Costa

Secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

Lúcia Alberta Andrade de Oliveira

Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Celso Celestino da Silva

Coordenador Geral do Fórum de Presidente dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI)

Alison Cardoso Lima

Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Saúde Indígena (SINDCOPSI)

Yssô Truká

Cacique do Povo Truká de Orocó, em Pernambuco, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72376>

10. Dez anos do Guia Alimentar para a População Brasileira

Data da reunião: 14/05/2024

Requerimentos nº 66 e nº 108/2024 CSAUDE, do Dep. Padre João (PT-MG)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu os dez anos do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, para prevenção de doenças crônicas e combate à insegurança alimentar.

O debate foi proposto pelo Deputado Padre João (PT-MG), que destacou que o Guia é uma importante ferramenta de fomento às políticas públicas

intersetoriais para enfrentar o adoecimento das pessoas em razão do consumo de alimentos que não fornecem micronutrientes adequados e geram desnutrição crônica, principalmente sobre indígenas, quilombolas e crianças e mulheres que vivem em vulnerabilidade.

"Iniciativas como o Guia Alimentar para a População Brasileira repercutem positivamente sobre os mais diversos mecanismos de promoção da saúde e nutrição", afirmou. O pedido do debate decorre, segundo o parlamentar, do "entendimento de que a proteção da saúde deve ser, cada vez mais, um fundamento da alimentação adequada e saudável, sobretudo no âmbito do Sistema Único de Saúde".

Recentemente, o governo partiu desse guia para definir os alimentos que compõem a cesta básica (Decreto 11.936/24), a alimentação escolar (Decreto 11.821/23), os projetos de hortas urbanas (Decreto 11.700/23) e de cozinhas solidárias (Decreto 11.822/24).

"Evidências científicas indicam os alimentos mais benéficos. Devemos, então, buscar a segurança alimentar e nutricional", afirmou a coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Kelly Alves, durante o evento.

"A regra de ouro é: prefira alimentos *in natura* ou minimamente processados aos ultraprocessados", explicou a professora da USP Ana Paula Bortoletto, que participou da elaboração do guia. "Ultraprocessados não são comida", alertou.

Assessora da organização não governamental ACT Promoção da Saúde, Priscila Diniz afirmou no debate que a reforma tributária é um momento oportuno para desonerar os alimentos saudáveis e taxar os ultraprocessados.

O Deputado Padre João concordou. "Em relação ao tabaco, a tributação alta levou à redução no consumo", lembrou o parlamentar. "Temos que identificar cada produto que se come e está gerando doença e morte", continuou.

Expositores:

Kelly Alves

Coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde

Alexandre Barcellos

Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária

Sônia Maria Salviano Matos de Alencar

Representante do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

Lorena Gonçalves Chaves Medeiros
Representante do Conselho Federal de Nutrição

Roseli Zerbinato
Coordenadora-Geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Gabriela Bioni e Silva
Nutricionista da Coordenação-Geral de Promoção da Alimentação Saudável do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ana Paula Bortoletto Martins
Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS), da Universidade de São Paulo

Priscila Diniz
Assessora de Advocacy da ACT Promoção da Saúde



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72674>

11. Estratégia Nacional de Saúde

Data da reunião: 14/05/2024

Requerimentos nº 67/2024 CSAUDE, do Dep. Clodoaldo Magalhães (PV-PE), nº 70/2024 CSAUDE, da Dep. Silvia Cristina (PP-RO), nº 102/2024 CSAUDE, do Dep. Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

Investimentos em pesquisa, benefícios tributários para insumos e materiais médico-hospitalares produzidos no país, e arcabouço legal consolidado foram apresentados pelos palestrantes como estratégico para a soberania do Brasil. O debate sobre a Estratégia Nacional de Saúde foi realizado pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

De acordo com o autor do requerimento da audiência pública, Deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE), as contribuições de todos os agentes envolvidos serão fundamentais para aprimorar o Projeto de Lei 2583/20, de autoria do Deputado Doutor Luizinho (PP-RJ).

Para Magalhães, o PL 2583/20 representa um "passo significativo nessa direção, promovendo a segurança sanitária e contribuindo para o desenvolvimento do País".

Também participaram da audiência os Deputados Pedro Westphalen (PP-RS) e Jorge Solla (PT-BA).



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Márcio Bósio

Diretor Institucional da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO)

Tiago Vicente

Presidente-Executivo da Pró-Genéricos

Reginaldo Arcuri

Presidente do Grupo Farma Brasil

Renato Alencar Porto

Presidente-Executivo da Associação da Indústria de Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)

Mauro Guimarães Junqueira

Secretário-Executivo do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS)

Flaviano Feu Ventorim

Vice-Presidente da Confederação das Misericórdias do Brasil

Fernando Silveira Filho

Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (ABIMED)

Luís Felipe Giesteira

Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

Carlos Augusto Graboys Gadelha

Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72756>

12. Assistência em hepatologia no SUS

Data da reunião: 16/05/2024

Requerimento nº 06/2024 CSAUDE, do Dep. Jorge Solla (PT-BA)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu a falta de médicos hepatologistas no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa especialidade trata de doenças do fígado.

“Precisamos formar mais profissionais e mudar a forma de remuneração para atrair jovens a se qualificar na área”, disse o Deputado Jorge Solla (PT-BA), que propôs a audiência pública.

Jorge Solla afirmou que a hepatologia é uma especialidade com enorme restrição de acesso no Brasil, onde há apenas 516 hepatologistas com Registro de Qualificação de Especialista (RQE). O parlamentar acrescentou que a falta de tratamento é um dos motivos para a alta mortalidade de pacientes de doença crônica do fígado. “Estima-se entre 25 mil e 50 mil mortes/ano por cirrose hepática, além de cerca de 2 mil indivíduos na fila de transplante”, contabilizou.



Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

João Marcelo de Araújo Neto

Representante da Sociedade Brasileira de Hepatologia

Zaine dos Santos Cardozo Lima

Diretora de Gestão de Serviços de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB)

Delvone Freire Almeida

Coordenadora da Unidade de Fígado, do Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

Raymundo Paraná

Professor Titular de Gastro-hepatologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Danilo Campos da Luz e Silva

Coordenador Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72772>

13. Dia do Neurocirurgião

Data da reunião: 21/05/2024

Requerimentos nº 24/2024 e nº 122/2024 CSAUDE, do Dep. Roberto Monteiro Pai (PL-RJ).

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados reuniu, em audiência pública, médicos neurocirurgiões para discutir os desafios e a necessidade de mais valorização dessa especialidade na rede pública e privada de saúde.

Uma das iniciativas para mais reconhecimento desse profissional partiu do Deputado Roberto Monteiro Pai (PL-RJ), que apresentou projeto de lei para criar o Dia Nacional do Neurocirurgião.

O parlamentar destacou que a instituição da data reforça a relevância desse campo da medicina e reconhece o compromisso e a dedicação dos neurocirurgiões em lidar com situações complexas e delicadas do paciente.

O presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN), Paulo Henrique Pires de Aguiar, destacou que os profissionais da área são muito preparados e dedicados ao ofício, pois a especialidade não permite nível mediano de profissionais. Por essa razão, a valorização atende também à população brasileira.



Assessoria da Comissão de Saúde

Expositores:

Wuilker Knoner Campos

Presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia na gestão 2023-2024

Paulo Henrique Pires de Aguiar

Presidente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia eleito para a gestão 2025-2026

Osmar José Santos de Moraes

Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia

Ítalo Capraro Suriano

Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia

Marcos Wagner de Sousa Porto

Assessor de Políticas no SUS da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia

Andrea Pieper

Assessora Técnica da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia

Fernando Godoi

Advogado especialista em direito médico

Marcelo Fernandez

Coordenador de Relações Governamentais e Institucionais da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72752>

14. Fornecimento gratuito de adrenalina autoinjetável pelo SUS

Data da reunião: 04/06/2024

Requerimento nº 27/2024 CSAUDE, do Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados discutiu o fornecimento gratuito de adrenalina autoinjetável pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), que solicitou o debate, é autor do PL 85/24, que inclui o medicamento na lista do SUS. Ocorre que o produto ainda não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que faz com que muitos pacientes enfrentem dificuldades burocráticas e custos superiores a R\$ 2 mil para sua importação.

Geraldo Resende disse que seu projeto, em análise na Comissão de Saúde, é simples e não requer muitas discussões, porque está comprovada a eficácia do medicamento, e a medida conta com apoio de todas as entidades médicas relacionadas ao tema.

Mãe de um menino de sete anos com alergia alimentar múltipla, a farmacêutica e educadora em alergias alimentares Alessandra Leal disse que o primeiro choque anafilático do filho, aos 11 meses de idade, foi um trauma. “A adrenalina é necessária para que as pessoas tenham qualidade de vida e segurança em suas vidas, no seu dia a dia”, afirmou. “A gente precisa trabalhar na prevenção. A gente precisa começar hoje. Os casos de alergia estão crescentes. Qualquer pessoa pode se tornar um alérgico anafilático.”



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Além de grave, a anafilaxia é imprevisível, pode ocorrer a qualquer momento e pode ser ocasionada pelo contato da pessoa com algum alimento ou medicamento, com veneno de inseto e até com o látex de balões de festas infantis, entre outros causadores de alergia.

“A anafilaxia é de evolução rápida e ameaça a vida. Pode demorar de 15 a 30 minutos para um choque anafilático. A demora no atendimento pode agravar o quadro e levar à morte do paciente. Por isso, o diagnóstico e o tratamento precoce podem salvar vidas”, observou a 1ª vice-presidente da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai), Fátima Fernandes.

Dados citados por ela apontam para um aumento das internações hospitalares por anafilaxia no Brasil entre 2011 e 2019 a uma taxa de 2,4% ao ano. As mortes ocorreram em 5,8% das internações. Em jovens e crianças, o choque foi causado principalmente por alimentos. Nos idosos, a causa principal da anafilaxia foram os medicamentos. “A pele é o principal órgão acometido. A gente tem que ficar atento quando um paciente tem vermelhidão, coceira, urticária ou inchaços nos lábios, nos olhos, nas mãos, nos pés. Sempre prestar atenção se o paciente está evoluindo para um quadro sistêmico, com comprometimento respiratório que acontece de 40% a 70% dos casos de anafilaxia”, detalhou ainda Fátima Fernandes.

Segundo a representante da Asbai, a taxa de letalidade pode chegar a 17%, principalmente na falta da adrenalina autoinjetável na coxa antes mesmo do atendimento hospitalar, conforme prescrição médica de emergência.

Na audiência, o professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Renato Rozental disse que a incorporação da caneta auto injetora de adrenalina ao SUS seria um processo simples.

“Essa caneta está disponível no mercado americano, no europeu, no asiático e não está disponível no brasileiro. Já temos patentes abertas, disponibilizadas para que possamos colocar essa caneta com um custo reduzido, acessível para o Sistema Único de Saúde”, avaliou Rozental.

O entrave para a incorporação da caneta ao SUS é justamente a falta de registro na Anvisa, que não foi representada na audiência, e a definição de um preço para o produto, conforme explicou a assessora técnica do Ministério da Saúde Luciana Xavier. Ela disse estar disponível para discutir o assunto.

Geraldo Resende acrescentou que a administração precoce da substância é crucial para prevenir a progressão para sintomas que representam risco de morte.

"A crise anafilática é uma das mais dramáticas condições clínicas de emergência, tanto pela imprevisibilidade de aparecimento quanto pelo potencial de gravidade de sua evolução", destacou o parlamentar.

Expositores:

Renato Rozental

Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Fátima Rodrigues Fernandes

1ª vice-presidente da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (ASBAI)

Alessandra Leal da Silva Chaves

Farmacêutica e educadora em Alergias Alimentares

Luciana Costa Xavier

Assessora técnica especializada e representante do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72888>

15. Cartão de identificação do usuário do SUS

Data da reunião: 04/06/2024

Requerimentos nº 13/2024 CSAUDE e nº 152/2024 CSAUDE, da Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu mais uma audiência pública sobre o cartão de identificação do usuário do SUS.

A medida está prevista no Projeto de Lei 5875/13, do Senado, em análise na comissão. O debate foi pedido pela relatora, Deputada Adriana Ventura (Novo-SP). Ela ouviu o setor privado sobre o assunto.

"O setor privado, composto por empresas de tecnologia da informação,

provedores de serviços de saúde e outras organizações relevantes, possui um conhecimento profundo das necessidades e desafios enfrentados na implementação e utilização de sistemas de prontuário eletrônico", afirmou Adriana.



Hélio Rizzo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Raquel Rachid

Laboratório de Políticas Públicas e Internet

Alex Vieira

Superintendente de Tecnologia e Inovação do Hospital HCor, representando a Associação Nacional dos Hospitais Privados

Manuela Marcatti

Professora de Direito Sanitário e especialista no tema da Proposição

Lélio Souza

Vice-presidente de Serviços Digitais da Afya

Dulcineide Oliveira

Representante da MV Soluções

Robson Willian de Melo Matos

Coordenador de Padrões de Informática em Saúde do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72890>

16. Tratamento do TDAH no SUS

Data da reunião: 06/06/2024

Requerimento nº 60/2024 CSAUDE, do Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre o tratamento de pacientes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no Sistema Único de Saúde (SUS).

O debate atendeu ao pedido do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO). Ele lembrou que o TDAH afeta milhões de pessoas em todo o País e que muitos pacientes enfrentam barreiras financeiras, geográficas e, principalmente, de conhecimento para ter diagnóstico e acompanhamento adequados.

"É crucial garantir que todos os cidadãos tenham acesso ao tratamento do TDAH na rede pública de saúde", disse o parlamentar.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Expositores:

Iane Kestelman

Presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA)

Fabília Signorelli

Médica psiquiatra da Universidade Federal de São Paulo

Maria Dilma Teodoro

Médica psiquiatra, representante da Associação Brasileira de Psiquiatria

Daniela Palma Araújo

Assessora Técnica do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas - Ministério da Saúde.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72892>

17. Enfrentamento às parasitoses intestinais

Data da reunião: 11/06/2024

Requerimento nº 89/2024 CSAUDE, dos Dep. Juliana Cardoso (PT-SP), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Orlando Silva (PCdoB-SP) e Guilherme Boulos (PSOL-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre o enfrentamento às parasitoses intestinais. O debate foi realizado a pedido da Deputada Juliana Cardoso (PT-SP).

Juliana Cardoso é relatora do Projeto de Lei 1108/24, que cria a Semana Nacional de Enfrentamento às Parasitoses Intestinais.

O autor da proposta, Deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP), afirmou que há muita desinformação sobre o assunto. "O fato de serem doenças que acometem as camadas mais vulneráveis da sociedade, associado à falta de investimento em pesquisa sobre o impacto dessas infecções para o organismo, aumenta o grau de negligência sobre o assunto."



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Ricardo Fujiwara

Presidente da Sociedade Brasileira de Parasitologia

Marco Aurélio Safadi

Presidente do Departamento de Infectologia da Sociedade Brasileira de Pediatria

Alda Cruz

Diretora do Departamento de Doenças Transmissíveis, SVSA/MS

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73227>

18. Enfrentamento da violência obstétrica e morte materna e seus efeitos

Data da reunião: 12/06/2024

Requerimentos nº 23/2024 CMULHER e nº 76/2024 CSAUDE, das Dep. Juliana Cardoso (PT-SP) e Ana Paula Lima (PT-SC)

As Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Saúde da Câmara dos Deputados promoveram audiência pública sobre violência obstétrica e morte materna. O debate atendeu a pedido das Deputadas Juliana Cardoso (PT-SP) e Ana Paula Lima (PT-SC).

A violência obstétrica, disseram as deputadas, pode ocorrer durante a gestação, o parto e o pós-parto. "É o desrespeito à mulher, à sua autonomia, ao seu corpo e aos seus processos reprodutivos, podendo manifestar-se por meio de violência verbal, física ou sexual e pela adoção de intervenções e procedimentos desnecessários ou sem evidências científicas", explicaram.

Desde 1996, a Organização Mundial da Saúde (OMS) traz recomendações sobre o que deve e o que não deve ser feito no processo do parto. Juliana e Ana Paula afirmaram, no entanto, que em 2023 ainda era possível constatar a adoção de práticas condenáveis pela OMS. "Entendemos que o Brasil deve agir com zelo para prevenir, investigar e punir a violência de gênero", afirmaram as deputadas no documento em que pedem a audiência.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Números da violência

Dados da Fundação Perseu Abramo mostram que uma em cada quatro mulheres já sofreu violência obstétrica no Brasil. Segundo a pesquisa "Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado", divulgada em

2010 em parceria com o Sesc, os tipos mais comuns de violência durante o parto são gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analgesia e negligência.

Já a pesquisa “Nascer no Brasil”, da Fiocruz, ouviu quase 24 mil mulheres entre 2011 e 2012 e observou que 30% das mulheres atendidas em hospitais privados sofreram violência obstétrica. No SUS, a taxa foi de 45%.

Expositores:

Mariana Bahia Caldeira

Assessora técnica da Coordenação de Atenção à Saúde da Mulher do Ministério da Saúde

Daphne Rattner

Representante da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa)

Roseli Nomura

Representante da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo)

Morgana Eneile

Presidente da Federação Nacional de Doulas (Fenadoulas)

Váleria Eunice Mori Machado

Advogada e criadora do método de autodefesa jurídica para gestantes

Ilka Teodoro

Mestre em Direitos Humanos

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73199>

19. Dia Mundial da Hemofilia

Data da reunião: 18/06/2024

Requerimento nº 41/2024 CSAUDE, do Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre o tratamento disponível para hemofilia no Sistema Único de Saúde (SUS). O debate atendeu ao pedido do Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS).

A hemofilia é uma doença genética rara que impacta a coagulação sanguínea, causando sangramentos que colocam a vida em risco. Desde 2012, o Brasil disponibiliza o tratamento de profilaxia para pacientes com hemofilia grave no SUS.

Resende afirmou, no entanto, que o medicamento oferecido não consegue impedir completamente os sangramentos, sobretudo os articulares. "Além disso, traz grande carga aos pacientes e familiares, pela necessidade de infusões endovenosas de 3 a 7 vezes por semana, dependendo do perfil de sangramento daquele paciente."

Em 2012, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) incluiu, entre os tratamentos que podem ser oferecidos no sistema público, fatores de coagulação de longa duração.

"Esses produtos deveriam ter sido distribuídos aos pacientes em agosto do mesmo ano, no entanto, mesmo passados mais de 500 dias, ainda não estão disponíveis", criticou Resende.

Em janeiro de 2024, a Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia criou um manifesto que conta com mais de 7.500 assinaturas, para solicitar a compra e distribuição dos produtos já incorporados.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Expositores:

Mariana Battazza

Presidente da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia (ABRAPHEM)

Christianne Costa

Diretora de advocacy e políticas públicas da Associação Brasileira de Pessoas com Hemofilia (ABRAPHEM)

Sylvia Thomas

Médica hematologista, mestre e doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fabiano Romanholo Ferreira

Substituto eventual da coordenadora-geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde

Leonardo Vilela

Representante do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72894>

20. Importância das tecnologias no tratamento do diabetes

Data da reunião: 19/06/2024

Requerimento nº 92/2024 CSAUDE, da Dep. Flávia Morais (PDT-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre a importância das tecnologias usadas no tratamento do diabetes. O debate atendeu ao pedido da Deputada Flávia Morais (PDT-GO).

O diabetes é caracterizado por um grupo heterogêneo de distúrbios metabólicos, que apresentam em comum a hiperglicemia, que pode levar a complicações como retinopatia e neuropatia.

"O tratamento eficaz do diabetes requer não apenas o uso adequado de medicamentos, mas também a adoção de medidas de monitoramento contínuo da glicose e outras tecnologias que auxiliam no controle da doença e na melhoria da qualidade de vida dos pacientes", afirmou a deputada.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Jaqueline Correia

Presidente do Instituto Diabetes Brasil

Solange Travassos

Representante da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

Karla Melo

Representante Sociedade Brasileira de Diabetes

Lucia Xavier

Representante Associação de Diabetes Juvenil (ADJ)

Hermelinda Pedrosa

Representante da Federação Internacional de Diabetes

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73465>

21. Medicamentos para o câncer no SUS

Data da reunião: 20/06/2024

Requerimento nº 81/2024 CSAUDE dos Dep. Dr. Frederico (PRD-MG) e Doutor Luizinho (PP-RJ)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre o acesso a medicamentos contra o câncer no Sistema Único de Saúde (SUS).

O debate atendeu ao pedido dos Deputados Dr. Frederico (PRD-MG) e Doutor Luizinho (PP-RJ). Eles afirmaram que, muitas vezes, quimioterápicos já incorporados ao SUS não chegam aos pacientes por falta de repasse de verbas pelo Ministério da Saúde.

"É necessário discutir um modelo mais eficiente de financiamento da assistência oncológica no SUS", disseram os parlamentares.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Luciana Holtz

Presidente do Instituto ONCOGUIA

Joana Jeker

Representante da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA)

Romualdo Barroso

Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)

Vinícius Augusto Guimarães
Auditor-chefe adjunto do Tribunal de Contas da União

Suzete Bragagnolo
Representante do Ministério Público Federal (MPF/RS)

Henrique Vogado
Assessor técnico do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS)

Patricia Gonçalves Freire dos Santos
Coordenadora-geral substituta da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72975>

22. Cumprimento do piso salarial para os profissionais da Odontologia

Data da reunião: 20/06/2024

Requerimentos nº 28/2024 CFT, do Dep. Ulisses Guimarães (MDB-MG) e nº 115/2024 CSAUDE, da Dep. Iza Arruda (MDB-PE)

As Comissões de Finanças e Tributação e de Saúde da Câmara dos Deputados promoveram uma audiência pública conjunta sobre o piso salarial dos profissionais da odontologia.

O debate atendeu a pedido do Deputado Ulisses Guimarães (MDB-MG) e da Deputada Iza Arruda (MDB-PE).

O Deputado Ulisses Guimarães afirmou que a audiência tinha como objetivo ouvir dentistas, a sociedade e gestores públicos da saúde a fim de "assegurar uma proposta mais justa e alinhada com a realidade econômica atual do nosso País".

Expositores:

Nelson Trad Filho
Senador da República

Lisandra Ferreira Lima
Diretora e Secretária-Geral da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO)

Fernando Luiz Mendonça
Presidente da Federação Médica Brasileira (FMB)

Raphael Castro Mota
Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG)

Joana Batista Oliveira Lopes
Representante da Federação Nacional dos Odontologistas (FNO)

Newton Cardoso Jr.
Deputado Federal



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73395>

23. Cancelamentos de planos de saúde das pessoas com deficiências

Data da reunião: 25/06/2024

Requerimentos nº 101/2024 CSAUDE e nº 17/2024 CPD, da Dep. Maria Rosas (Republicanos-SP)

A Comissão de Saúde, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promoveu audiência pública com

representantes de pessoas com deficiência que pediram uma solução definitiva para os cancelamentos unilaterais, pelas operadoras, de planos de saúde de pessoas com deficiência e com doenças graves. O debate atendeu ao pedido da Deputada Maria Rosas (Republicanos-SP). Ela lembrou que o Procon de São Paulo constatou entre abril e maio de 2024 um aumento de 85% nas reclamações de consumidores em relação aos cancelamentos de contratos de planos de saúde por parte das empresas.

Em julgamento recente, o STJ entendeu que a operadora de plano de saúde não pode cancelar unilateralmente o plano coletivo de usuários internados ou em tratamento de doença grave. Segundo a deputada, os pacientes autistas, por exemplo, estão em tratamento, mas isso não é levado em conta nem pelas operadoras nem pela ANS. Em nota sobre cancelamento dos planos coletivos, a ANS informou que a rescisão contratual pode acontecer, mas precisa de notificação e de cumprimento do tempo de antecedência previsto no contrato.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Andréa Werner

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

Raquel Brodsky

Representante da Defensoria Pública da União, membro do Grupo de Trabalho de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência (GT-PID)

Carla Bertin

Representante do Autismo Legal

Renê Patriota

Coordenadora-executiva da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde (ADUSEPS)

Vitor Hugo do Amaral Ferreira

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)

Hellen Harumi Miyamoto

Superintendente de Avaliação de Tecnologias em Saúde e Cobertura Assistencial da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Fabricia Goltava Vasconcellos Faedrich

Gerente-geral de Regulação da Estrutura dos Produtos, representando a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72838>

24. Acesso a produtos dietéticos com baixo teor de fenilalanina

Data da reunião: 02/07/2024

Requerimento nº 104/2024 CSAUDE, da Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)

Debatedores e parlamentares defenderam, em evento na Câmara dos Deputados, a isenção tributária para as fórmulas e os alimentos lipoprotéicos destinados a terapias nutricionais em razão de doenças genéticas.

“Queremos fórmulas e alimentos com alíquota zero na reforma tributária, para que os pacientes tenham acesso melhor”, disse a presidente da Associação Mães Metabólicas, Simone Arede. “Para o governo, também ficará mais barato”, avaliou ela, citando políticas públicas e também situações com desfecho na Justiça.

O debate na Comissão de Saúde foi realizado a pedido da Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), presidente da subcomissão permanente de políticas públicas para o transtorno do espectro autista, doenças raras e demais neurodiversidades.

A Deputada Rosangela Moro (União-SP), que presidiu os trabalhos, concordou com Simone Arede e disse que atuará pela isenção tributária. Hoje, os impostos somam cerca de 50% do preço na importação de alguns daqueles itens.

“É mais barato fornecer ou facilitar a importação e o comércio dos produtos. Uma pessoa com problemas cognitivos, cegueira ou qualquer outra sequela custará mais caro para o Sistema Único de Saúde”, afirmou a parlamentar.

Doenças genéticas

Fórmulas elaboradas e alimentos hipoproteicos integram a terapia nutricional obrigatória nos casos de doenças genéticas como fenilcetonúria, detectada pelo teste do pezinho. Hoje, são cerca de 3 mil pessoas em tratamento no Brasil.

A terapia nutricional deve ser seguida durante toda a vida no caso das pessoas cujo organismo tem dificuldade no processamento de proteínas. Caso contrário, há risco de lesões cerebrais, de perda cognitiva e, em alguns casos, até de vida.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Simone Arede

Presidente da Associação Mães Metabólicas

Carlos Eduardo Gouvea

Diretor da CMW Saúde

Arthur Lorenzetti

Diretor de Nutrição Especializada da Danone Brasil

Natan Monsores De Sá

Coordenador-geral de Doenças Raras da Coordenação Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

Kelly Alves

Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73600>

25. Prescrição e dispensação eletrônicas de medicamentos e tratamentos

Data da reunião: 02/07/2024

Requerimentos nº 9/2024 CSAUDE e nº 177/2024 CSAUDE, da Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre a prescrição e dispensação eletrônicas de medicamentos. O debate atendeu ao pedido da Deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

Adriana Ventura afirmou que a prescrição eletrônica tem se tornado cada vez mais comum no setor de saúde, "trazendo consigo uma série de oportunidades e desafios para profissionais de saúde, pacientes, empresas de tecnologia da informação e reguladores".

A deputada quis discutir os últimos avanços e inovações na área de prescrição eletrônica. "Isso inclui novas tecnologias, padrões de interoperabilidade, segurança cibernética, integração de sistemas e melhores práticas de uso", detalhou.

Adriana afirmou ainda que ouvir as preocupações e sugestões das partes interessadas é importante para desenvolver políticas e regulamentações que governam a prescrição eletrônica.

Expositores:

Lelio Souza

Vice-presidente de Serviços Digitais da AfyaAfya iClinic, Plataforma Integrada de Agendamento Online, Teleconsulta e Marketing Médico

Julia Cestari

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Documentos Eletrônicos da Saúde Digital Brasil

Rafael Souza de Oliveira Espinhel de Jesus

Presidente-executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFARMA)

Thiago Brasil Silvério

Gerente-substituto da Gerência de Produtos Controlados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Nelson Mussolini

Presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma)



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73374>

26. Violações de direitos humanos de crianças e adolescentes com autismo

Data da reunião: 03/07/2024

Requerimento nº 148/2024 CSAUDE, do Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre violações de direitos humanos em abordagens terapêuticas para crianças e adolescentes autistas. O debate atendeu ao pedido do Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS).

Resende lembrou que as abordagens terapêuticas utilizadas para tratar crianças e adolescentes autistas são um tema de crescente preocupação.

"Enquanto muitas práticas terapêuticas são projetadas para apoiar e melhorar a qualidade de vida dessas crianças, há um número significativo de relatos e evidências que apontam para a aplicação de métodos que podem ser

considerados violadores de direitos humanos e direitos fundamentais albergados no Decreto 6949/2009, que possui *status* constitucional em nosso País", observou o deputado.

Segundo ele, muitas vezes, essas práticas terapêuticas envolvem intervenções coercitivas e têm gerado denúncias de abuso, sofrimento emocional e físico, além de impactos negativos duradouros na vida das crianças e adolescentes autistas.



Elio Rizzo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Arthur Ataíde Ferreira Garcia

Diretor de Ações Afirmativas da Autistas Brasil

Luciana Viegas

Diretora-executiva do Vidas Negras com Deficiência Importam (VNDI)

Daniel Azevedo

Médico neurologista e pesquisador no Laboratório de Neurosonologia do Hospital das Clínicas da USP

Arthur de Almeida Medeiros

Coordenador-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde

Sérgio Eduardo Lima Prudente

Servidor da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73579>

27. Prevenção, combate e reabilitação dos diversos tipos de cegueiras

Data da reunião: 04/07/2024

Requerimentos nº 32/2024 CSAUDE, da Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE) e nº 43/2024 CSAUDE, do Dep. Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para discutir a importância de alertar a população sobre doenças que podem causar cegueira, como catarata, glaucoma, retinopatia diabética e degeneração macular relacionada à idade (DMRI).

"Algumas dessas cegueiras poderiam ser evitadas se houvesse diagnóstico precoce e idas frequentes ao oftalmologista", afirmou Fernanda.

Pacientes com problemas de visão reclamaram do atendimento oftalmológico no Sistema Único de Saúde (SUS) na audiência pública na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

De acordo com a representante da Retina Brasil, Ângela Sousa, o tempo para conseguir atendimento com oftalmologista no SUS é de, no mínimo, dois anos. Já a coordenadora da Coalizão Vozes do Advocacy Diabetes e Obesidade, Vanessa Pirollo, afirmou que, em algumas cidades de São Paulo, existem, em média, 18 mil pessoas na fila para consulta oftalmológica.

Diante deste quadro, a ativista sugeriu um projeto de lei com tempos máximos de espera por atendimento oftalmológico no SUS. Segundo Vanessa Pirollo, cerca de 150 mil brasileiros desenvolvem retinopatia diabética por ano. Se essa condição não for tratada, leva à cegueira. Segundo ela, o País gasta R\$ 43 bilhões anualmente com medicamentos e tratamentos das complicações da retinopatia. Ela ressaltou ainda que, quando a pessoa perde a visão, pede aposentadoria antecipada, vai precisar de um cuidador, o que onera ainda mais os cofres públicos.

Por isso, os participantes insistiram na importância do diagnóstico precoce e da prevenção e reivindicaram a contratação de mais oftalmologistas para o SUS.

Diagnóstico

Autora do pedido para a realização do debate, a Deputada Fernanda Pessoa (União-CE) afirmou que 70% dos casos de pessoas que se tornaram cegas poderiam ter sido evitados com diagnóstico preciso. "Daí vem a questão da acessibilidade em calçadas, ônibus, em suas próprias casas, emprego, a

dificuldade de remuneração que uma pessoa acometida pela cegueira apresenta. Ou seja, um simples acesso a políticas públicas de saúde ocular apresentaria melhorias em tantas outras situações.”

Na opinião da diretora do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Wilma Lellis Barbosa, para a realização do diagnóstico precoce de problemas oftalmológicos é fundamental o trabalho integrado de diferentes especialistas do SUS. Segundo ela, o médico que atende um paciente com diabetes, por exemplo, precisa sempre solicitar uma avaliação de fundo de olho por um oftalmologista. Dessa forma, seria possível detectar problemas no início e readequar o tratamento.

Glaucoma

Além da retinopatia, outras doenças podem causar cegueira, como catarata e glaucoma, e até mesmo problemas comuns, como miopia e hipermetropia não tratadas.

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Glaucoma, Emilio Suzuki, o glaucoma representa a principal causa de cegueira irreversível no mundo. No Brasil, a estimativa é de que 2 milhões de pessoas vivam com a doença.

Por se tratar de patologia silenciosa, sem nenhum sintoma aparente, o glaucoma só pode ser detectado por meio de exames específicos de imagem do fundo do olho. Todos eles são oferecidos pelo SUS.

Emilio Suzuki recomenda os exames especialmente para quem apresenta algum fator de risco. “Pacientes acima de 40 anos, negros, diabéticos, míopes, principalmente acima de 5 graus, e os pacientes que têm já um histórico de pressão aumentada do olho. Problemas circulatórios também são importantes, e a história familiar também é importante.”

Embora não tenha cura, o glaucoma pode ser tratado de diversas maneiras. A mais simples, e quase sempre eficaz, consiste na utilização de colírios. Emilio Suzuki acrescentou que existe um tratamento a laser e cirurgia, destinada para casos mais graves ou mais resistentes às abordagens convencionais.

Expositores:

Angela Sousa

Representante da Retina Brasil

Vanessa Pirollo

Coordenadora da Coalizão Vozes do Advocacy Diabetes e Obesidade

Wilma Lellis Barbosa

Diretora do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO)

Emílio Suzuki

Presidente da Sociedade Brasileira de Glaucoma

Ana Cristina Marques Martins

Gerente-Geral de Regulação Assistencial, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Arthur de Almeida Medeiros

Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73376>

28. Aumento dos transtornos alimentares em adolescentes e jovens

Data da reunião: 09/07/2024

Requerimentos nº 103/2024 CSAUDE, da Dep. Rosangela Moro (UNIÃO-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência sobre o aumento dos transtornos alimentares em adolescentes e jovens. O debate atendeu ao pedido da Deputada Rosangela Moro (União-SP).

Transtornos alimentares são condições psiquiátricas caracterizadas por alterações persistentes nas refeições ou em comportamentos relacionados aos hábitos alimentares. Incluem-se nesse grupo a anorexia e a bulimia.

A Associação Brasileira de Psiquiatria estima que mais de 70 milhões de pessoas no mundo possuem algum distúrbio alimentar.

"No Brasil, cerca de 10 milhões de pessoas possuem algum tipo de transtorno alimentar", disse Rosângela Moro, acrescentando que, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, adolescentes e adultos jovens são os mais afetados.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Táki Cordás

Coordenador do Programa de Transtornos Alimentares (AMBULIM) do IPQ-HCFMUSP

Mireille Almeida

Diretora-executiva da ASTRALBR

Maria Amália Pedrosa

Membro da Comissão de Transtornos Alimentares da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)

Sophie Deram

Nutricionista

Gabriela Fernandes

Nutricionista

Manuela Arap

Nutricionista

Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira

Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73612>

29. Panorama e medidas para a prevenção e o controle do câncer colorretal

Data da reunião: 09/07/2024

Requerimento nº 144/2024 CSAUDE, do Dep Dr. Francisco (PT-PI)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre medidas para prevenir e controlar o câncer colorretal na população brasileira. A doença abrange tumores que acometem parte do intestino grosso (o cólon), o reto e o ânus.

O debate atendeu ao pedido do Deputado Dr. Francisco (PT-PI). Ele destacou que o diagnóstico precoce, feito por meio de exames como colonoscopia, teste de sangue oculto nas fezes e radiografia, aumenta significativamente as chances de cura.

Os principais fatores de risco estão associados a comportamentos como sedentarismo, obesidade, consumo regular de álcool e tabaco e baixa ingestão de fibras, frutas, vegetais e carnes magras. Pessoas com doença de Crohn e colite ulcerativa têm mais risco de desenvolver o câncer.

"De acordo com os dados do Atlas da Mortalidade por Câncer, do Inca, em 2020 foram registradas 20.245 mortes desse tipo de câncer no Brasil, sendo 9.889 homens e 10.356 mulheres", informou Dr. Francisco.



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Expositores:

José Barreto Campelo Carvalheira

Coordenador geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde

Renata Oliveira Maciel dos Santos
Representante do Instituto Nacional do Câncer (INCA)

Helena Esteves
Gerente de Advocacy do Instituto Oncoguia

Hélio Moreira Junior
Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia

Maria Ignez Braghiroli
Médica oncologista clínica do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo e representante dos Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), especializado em câncer de colorretal

Alexandre Andrade dos Anjos Jácome
Médico oncologista, membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)

Suyanne Camille Caldeira Monteiro
Assessora técnica do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73611>

30. Agenda legislativa do Painel Brasileiro da Obesidade

Data da reunião: 13/08/2024

Requerimento nº 142/2024 CSAUDE, do Dep. Dr. Francisco (PT-PI)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para apresentação e discussão da Agenda Legislativa do Painel Brasileiro da Obesidade. O debate foi solicitado pelo Deputado Dr. Francisco (PT-PI).

O parlamentar explicou que o Painel Brasileiro da Obesidade é uma iniciativa que visa identificar os projetos de lei com maior potencial de impacto na vida das pessoas com obesidade, bem como promover a conscientização e o combate efetivo a essa doença.

"Conforme os dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), cerca de 26% dos adultos brasileiros são afetados pela obesidade, percentual que sobe para 60% se considerarmos também aqueles com excesso de peso. Este índice está em constante crescimento", explicou. Ele acrescentou que, no caso das crianças, a prevalência de obesidade ou risco de desenvolvê-la era

de aproximadamente 34% em 2020, podendo chegar a 50% em 2035 caso nenhuma medida seja tomada para reverter essa tendência.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida

Assessor do Departamento de Atenção Especializada e Temática Ministério da Saúde

Cristiane Moulin de Moraes Zenobio

Representante do Departamento de Obesidade da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) e da Comissão de Advocacy da Associação Brasileira para Estudos da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO)

Luis Fernando Villaça Meyer

Representante do Instituto Cordial e do Painel Brasileiro da Obesidade (PBO)

Inara Silva

Representante do Departamento de Voz das pessoas com obesidade da Associação Brasileira para Estudos da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO). Membro do Vozes do Advocacy e ativista na busca por políticas públicas para o tratamento da obesidade.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73933>

31. Dispensação de medicamentos isentos de prescrição em supermercados e estabelecimentos

Data da reunião: 13/08/2024

Requerimentos nº 12/2024 CSAUDE, da Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), e nº 79/2024 CSAUDE, da Dep. Ana Paula Lima (PT-SC)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a venda de medicamentos isentos de prescrição médica (receita) em supermercados. O debate atendeu ao pedido das Deputadas Adriana Ventura (Novo-SP) e Ana Paula Lima (PT-SC).

A Deputada Adriana Ventura (Novo-SP) é relatora do Projeto de Lei 1774/19, que autoriza os supermercados a venderem medicamentos que não precisam de receita médica.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), medicamentos dessa natureza são aqueles aprovados pelas autoridades sanitárias para tratar sintomas e males menores, disponíveis sem prescrição devido à sua segurança e eficácia, desde que utilizados conforme as orientações constantes das bulas e rotulagens.

"A realização de audiências públicas permite que uma variedade de vozes seja ouvida, incluindo profissionais de saúde, representantes da indústria farmacêutica, acadêmicos, grupos de defesa do consumidor e cidadãos comuns", afirmou Adriana.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Expositores:

Alessandro Dessimoni Vicente

Representante da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD)

Fábio José Basílio

Representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos (FENAFAR)

Jean Carlo de Miranda

Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Walter Jorge João

Representante do Conselho Federal de Farmácia

Marina Paullelli

Representante do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73936>

32. Dia do Médico Nefrologista

Data da reunião: 27/08/2024

Requerimento nº 145/2024 CSAUDE, do Dep. Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para discutir a criação do Dia do Médico Nefrologista. O debate atendeu ao pedido do Deputado Vinicius Carvalho (Republicanos-SP).

Nefrologistas são os médicos que tratam de pacientes com doenças renais, entre eles os quase 150 mil brasileiros que necessitam submeter-se regularmente a hemodiálise.

"A criação de um Dia do Médico Nefrologista é uma maneira de fazer justiça a esses profissionais inestimáveis e indispensáveis e é nossa intenção apresentar um projeto de lei nesse sentido", adiantou Vinicius Carvalho.

A criação de dias comemorativos precisa ser precedida de debate público. Isso porque a Lei 12.345/10 exige que o projeto que sugerir a instituição da data comprove a realização de consultas com amplos setores da população.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

José Moura Neto

Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia

Renato Padilha

Presidente da Federação Nacional dos Pacientes Renais

Mário Ernesto Rodrigues

Representante da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74107>

33. Prescrição e dispensação eletrônicas de medicamentos e tratamentos

Data da reunião: 10/09/2024

Requerimentos nº 11 e 199/2024 CSAUDE, da Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir prescrição e dispensação eletrônica de medicamentos e tratamentos, por solicitação da Deputada Adriana Ventura (Novo-SP). A autora do requerimento afirmou que a realização da audiência pública possibilita apresentar e discutir os últimos avanços e inovações na área de

prescrição eletrônica, que inclui novas tecnologias, padrões de interoperabilidade, segurança cibernética, integração de sistemas e melhores práticas de uso.

“O debate permite que especialistas compartilhem seus conhecimentos e experiências para ajudar a disseminar informações importantes e promover a adoção de práticas mais eficazes e seguras. E também que reguladores e legisladores possam ouvir as preocupações e sugestões das partes interessadas e considerá-las ao desenvolver políticas e regulamentações que governam a prescrição eletrônica”, justificou Adriana.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Ariel Uarian

Diretor de Políticas Públicas do Movimento de Inovação Digital (MID)

Luis Gustavo Kiatake

Ex-presidente e Diretor de Relações Institucionais da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS)

Sergio Mena Barreto

CEO da Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias (ABRAFARMA)

Renata de Moraes Souza

Gerente da Gerência de Produtos Controlados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Luiz Gustavo de Freitas Pires

Representante do Conselho Federal de Farmácia

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74200>

34. Atenção à saúde das pessoas com talassemia

Data da reunião: 11/09/2024

Requerimentos nº 73/2024 CSAUDE, do Dep. Lula da Fonte (PP-PE), e nº 91/2024 CSAUDE, da Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados discutiu a situação da atenção à saúde e os desafios enfrentados pelos pacientes com cânceres hematológicos e talassemia no país.

A talassemia é uma forma de anemia crônica, de origem genética (hereditária). As pessoas acometidas pela doença possuem sintomas como anemia persistente, aparência pálida, aumento do baço, distúrbios cardíacos e endócrinos, atraso no crescimento e na maturação sexual, além de infecções recorrentes.

A discussão foi requerida pelo Deputado Lula da Fonte (PP-PE) e pela Deputada Flávia Moraes (PDT-GO).

Lula da Fonte discutiu estratégias para atender a população e segundo ele, as reclamações estão relacionadas, sobretudo, ao desabastecimento de medicamentos nos hospitais públicos, à escassez de insumos básicos, à carência de leitos e à infraestrutura inadequada.

"A ideia foi reunir as autoridades federais e estaduais e os representantes das entidades que atuam na frente de atendimento para discutir os problemas, na busca de soluções", afirmou.

A proposta da Deputada Flávia Moraes, por sua vez, foi abordar as principais dificuldades enfrentadas por essas pessoas no Brasil e engajar atores estratégicos para o desenvolvimento de melhorias nos atendimentos e em tratamentos.

Expositores:

Talita Garrido de Araújo
Conselheira Nacional de Saúde

Eduardo Maércio Fróes
Presidente da Associação Brasileira de Talassemia

Sandra Loggetto
Coordenadora do Comitê de Hematologia Pediátrica da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular

Manuela Hazin

Representante da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (Hemope)

Monica Veríssimo

Representante do Comitê Técnico de Talassemia da Coordenação do Sangue do Ministério da Saúde.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74204>

35. Alteração do salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas

Data da reunião: 17/10/2024

Requerimentos nº 114/2024 e nº 150/2024 CSAUDE, do Dep. Eduardo Velloso (UNIÃO-AC)

As regras para o piso salarial dos médicos e dentistas foram tema de debate na Comissão de Saúde da Câmara. Há quase dez anos a Casa discute o PL 765/15, que aumenta o piso do salário dos médicos e dentistas. As regras em vigor são da Lei 3999/61, que fixa o salário base dos médicos em três vezes o salário mínimo. O projeto de 2015 estabelece o salário de R\$ 10.513, com reajuste anual pelo INPC, o índice de inflação medido pelo IBGE.

Com a taxa acumulada do INPC, o piso aplicado atualmente pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam) é de R\$ 19.404 para jornada de 20 horas

semanais. O valor é usado para negociações salariais em todo o Brasil, segundo a presidente da Fenam, Lúcia Santos.

Ela defende um projeto em tramitação no Senado (PL 1365/22) que fixa piso de R\$ 10.900 para médicos e dentistas e mais 50% do valor para a hora extra. Uma proposta de teor semelhante (PL 1507/22) está anexada ao projeto da Câmara e é defendida pelo presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas, José Carrijo Brom. Ele alerta que há colegas que recebem R\$ 1.800 e trabalham 40 horas semanais. Situação semelhante foi relatada pelo representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), Leonardo Vilela.

A disparidade também se deve à diferença da capacidade de pagamento dos municípios, segundo Vilela. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2022 confirmou as regras da lei de 1961, lembrou o vice-presidente da Federação Médica Brasileira (FMB), Fernando Luiz de Mendonça. Atualmente, o piso seria de R\$ 3.636 para 20 horas semanais, mas essa desvalorização afasta os médicos do atendimento.

O representante do Ministério da Saúde no debate, Gustavo Hoff, colocou a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde à disposição para os estudos de viabilidade técnica do reajuste do piso dos médicos e dentistas. De acordo com ele, o ministério criou recentemente uma coordenação específica para políticas remuneratórias em saúde.

A audiência pública foi pedida pelo Deputado Eduardo Velloso (União-AC), que é o relator do projeto de lei na Comissão de Saúde. Ele estava otimista quanto ao projeto porque o piso salarial em Rio Branco passou de R\$ 1.800 para R\$ 11 mil. “Acredito que esse piso possa, sim, se tornar realidade, porque hoje o estado do Acre é um dos mais pobres da federação e o prefeito da capital conseguiu esse feito”, afirmou.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Expositores:

José Cariíjo Brom

Presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO)

Fernando Luiz de Mendonça

Vice-presidente da Federação Médica Brasileira (FMB)

Joana Batista Oliveira Lopes

Presidente da Federação Nacional dos Odontologistas (FNO)

Samir Najjar

Conselheiro do Conselho Federal de Odontologia (CFO)

Lúcia Santos

Presidente da Federação Nacional dos Médicos (FENAM)

Gustavo Hoff

Diretor substituto do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (DGERTS) do Ministério da Saúde

Leonardo Vilela

Representante do CONASS

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74403>

36. Acesso a macas e cadeiras de rodas para pessoas com obesidade

Data da reunião: 29/10/2024

Requerimento nº 146/2024 CSAUDE, do Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu sobre a obrigatoriedade de hospitais e outros locais de grande fluxo, como aeroportos e rodoviárias, disponibilizarem macas e cadeiras de rodas adequadas para pessoas com obesidade. A medida está prevista no Projeto de Lei 3313/21, da Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC).

O debate atendeu ao pedido do Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), relator da proposta. Ele afirmou que pessoas com sobrepeso ou obesidade se sentem estigmatizadas e, muitas vezes, a falta de estrutura adequada em unidades de saúde e outros espaços públicos podem reforçar esse sentimento de exclusão.

Para Geraldo Resende, a existência de macas e cadeiras de rodas pode contribuir para amenizar os transtornos de mobilidade e de conforto dos cidadãos com obesidade.

"Aproximadamente 60% dos indivíduos adultos têm excesso de peso no Brasil, o que representa cerca de 96 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2020", informou o parlamentar.

Conforme dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/2019), último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de pessoas obesas em idade adulta no país mais do que dobrou em 17 anos, indo de 12,2%, entre 2002 e 2003, para 26,8%, em 2019.

No mesmo período, a proporção da população adulta com excesso de peso passou de 43,3% para 61,7%, representando quase dois terços dos brasileiros, o que representa cerca de 94 milhões de pessoas.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Guilherme Nafalski

Coordenador no Painel Brasileiro de Obesidade (PBO)

Maria Edna Melo

Coordenadora de Advocacy da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO)

Glenda Cardoso

Influenciadora digital, Advocacy em Cuidados em Obesidade

Herlon Francisco dos Santos

Coordenador de Auditoria Especializada do DenaSUS

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74403>

37. Regulamentação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer

Data da reunião: 30/10/2024

Requerimentos nº 166/2024, nº 172/2024 e nº 73/2024 CSAUDE, da Dep. Flávia Moraes (PDT-GO) e do Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu a regulamentação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) e os aspectos relacionados à jornada do paciente e às métricas para a prevenção, o diagnóstico e o monitoramento da doença.

A audiência pública foi requerida pela Deputada Flávia Moraes (PDT-GO) e pelo Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), por meio da Subcomissão Especial de Prevenção e Controle do Câncer (SUBCANCER).

A deputada explicou que, em dezembro de 2023, foi aprovada a Lei 14.758/23,, que instituiu a PNPCC no SUS. A lei é um marco legal que tem como objetivo melhorar a luta contra o câncer no país.

"É essencial que a lei seja regulamentada para garantir que as ações e programas propostos sejam efetivos, além de proteger os direitos dos pacientes e promover avanços significativos na jornada do paciente com câncer. Um dos aspectos mais relevantes da regulamentação dessa lei é a necessidade de estabelecer recursos financeiros para a implementação das políticas públicas relacionadas ao câncer", afirmou Flávia Moraes.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Hérika Rodrigues

Representante do Instituto Lado a Lado pela Vida

Luana Lima

Gerente de políticas públicas e Advocacy da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE)

Luciana Holtz

Presidente do Instituto Oncoguia

Maria Beatriz Kneipp Dias

Coordenadora substituta de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional do Câncer (INCA)

Rodrigo Lacerda

Assessor técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)

Vinicius Augusto Guimarães

Representante do Tribunal de Contas de União

Anelisa Coutinho

Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)

José Barreto Campello Carvalheira

Coordenador-geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74349>

38. Cancelamentos unilaterais de planos de saúde

Data da reunião: 13/11/2024

Requerimentos nº 100/2024 CSAUDE, do Dep. Eduardo da Fonte (PP-PE), nº 141/2024 CSAUDE, do Dep. Léo Prates (PDT-BA), nº 3/2024 SUBRAUT, da Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE), e nº 156/2024, nº 171/2024 e nº 230/2024 CSAUDE, da Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre as recentes rescisões unilaterais de planos de saúde. O debate

atendeu ao pedido dos Deputados Léo Prates (PDT-BA) e Eduardo da Fonte (PP-PE) e das Deputadas Alice Portugal (PCdoB-BA) e Fernanda Pessoa (União-CE).

Esses cancelamentos atingem os planos de saúde coletivos por adesão, quando sindicatos, associações e cooperativas contratam o serviço para seus associados e dependentes. Isso porque os planos do tipo individual ou familiar só podem ser cancelados pela operadora se houver fraude ou inadimplência. "O direito da operadora rescindir os contratos e cancelar os planos tem que ter limites estabelecidos pela legislação", afirmou o Deputado Leo Prates.

"O grande problema que a ANS não enfrenta de forma adequada é o chamado 'plano falso coletivo'", criticou o Deputado Eduardo da Fonte.

"[Nesses casos], a operadora, em vez de celebrar contrato com um consumidor individual, vale-se de associações fictícias. Faz isso para ter maior liberdade para reajustar as mensalidades e poder cancelar unilateralmente o contrato."

Nos planos coletivos por adesão, os reajustes não são regulados pela ANS. "E as proteções da Lei dos Planos de Saúde são ignoradas", acrescentou o deputado.

Em 2009, a ANS aprovou nova resolução (195/09) para coibir o plano falso coletivo e passou a exigir comprovação do vínculo associativo. A medida, segundo Eduardo da Fonte, não foi suficiente.

"Primeiro, porque a regra da obrigatoriedade de vínculo entre a pessoa contratante e a suposta associação só é exigível a partir da resolução de 2009", lamentou. "Segundo, porque a resolução transfere a responsabilidade de fiscalizar o plano falso coletivo para as operadoras, que não têm o menor interesse em coibir esta prática", acrescentou.

A Deputada Alice Portugal cobrou a atuação do Parlamento. "É dever do Poder Legislativo zelar pelo cumprimento da legislação que rege o setor de saúde suplementar e defender as milhões de famílias que sofrem constantes abusos nos momentos em que mais precisam do apoio do plano de saúde pelo qual pagam mensalidades escorchantes."

Já a Deputada Fernanda Pessoa quis esclarecimentos sobre os cancelamentos dos planos de saúde das pessoas com espectro autista e com doenças raras.

Em junho, representantes de pessoas com deficiência reunidos na Câmara já haviam pedido uma solução definitiva para os cancelamentos unilaterais, pelas operadoras, de planos de saúde de pessoas com deficiência e com doenças graves.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Caroline Nadaline

Representante da União de mulheres autistas, mães, neurodivergentes e apoiadores (UMANA)

Lucas Andrietta

Coordenador do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC)

Carolina Balbinott

Defensora pública federal, representante do Grupo de Trabalho Saúde da Defensoria Pública da União

Shirley Marshal Díaz Morales

Conselheira Nacional de Saúde e Coordenadora Adjunta da Comissão de Saúde Suplementar do Conselho Nacional de Saúde

Cleiton dos Reis

Presidente da Associação Amigos do Brasil em Prol da Ética (ABRA)

Frederico Borges

Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da ABRAMGE

Fabricia Goltara Vasconcellos Faedrich

Gerente-geral de Regulação da Estrutura dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Vitor Hugo do Amaral Ferreira

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC/SENACON/MJSP)

Nicolao Dino

Subprocurador-Geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74694>

39. Saúde digital para prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos

Data da reunião: 19/11/2024

Requerimento nº 161/2024 CSAUDE, do Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre o uso de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) neonatais neurológicas digitais com o propósito de prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos. O debate atendeu o pedido do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP).

A UTI neonatal neurológica digital é projetada para monitorar, diagnosticar e tratar bebês com lesões ou disfunções neurológicas com tecnologia de ponta para garantir cuidados precisos e personalizados.

Segundo o deputado, a digitalização desses ambientes permite integrar dados de múltiplos dispositivos médicos, o que facilita a coleta e análise de informações vitais em tempo real.

"A vigilância contínua é fundamental para a detecção precoce de anomalias e para a implementação de terapias que podem prevenir danos permanentes ao cérebro", afirmou o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

Ele acrescentou que a coleta sistemática de dados pode ser usada para estudos clínicos, ajudando a desenvolver novas terapias e estratégias de intervenção para melhorar os resultados neurológicos a longo prazo.

Expositores:

Letícia Sampaio

Representante da Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil (SBNi)

Gabriel Fernando Todeschi Variane

Diretor do Instituto Protegendo Cérebros, Salvando Futuros

Carla Serrano Bilynskyj

Médica neonatologista

Michelle Malzoni

Mãe cujo filho recebeu tratamento especializado em UTI Neonatal



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74729>

40. Dia Nacional em Memória às Vítimas de Sinistros de Trânsito

Data de Reunião: 26/11/2024

Requerimentos nº 180/2024 e nº 193/2024 CSAUDE, do Dep. Clodoaldo Magalhães (PV-PE)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública sobre a criação do Dia Nacional em Memória às Vítimas de Sinistros de Trânsito. O debate atendeu a pedido do Deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE).

"Os sinistros de trânsito representam uma das principais causas de mortalidade e de lesões graves em nosso país, gerando um impacto significativo não apenas para as vítimas e suas famílias, mas também para todo o sistema de saúde e a sociedade", afirmou Magalhães.

Segundo ele, a criação da data tem o potencial de aumentar a conscientização sobre a importância da segurança no trânsito, promover a educação e a prevenção de acidentes, homenagear e lembrar as vidas perdidas e os sobreviventes.

A criação de dias comemorativos precisa ser precedida de debate público. A Lei 12.345/10 exige que o projeto que sugerir a instituição da data comprove a realização de consultas com amplos setores da população.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Victor André Gomes

Vereador da Cidade de Recife – PE

Paulo Guimarães

CEO do Observatório Nacional de Segurança Viária

Jeferson Almeida Moraes

Coordenador-geral de Segurança Viária da Polícia Rodoviária Federal

Aquilla do Anjos Couto

Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego

Marli de Mesquita da Silva

Coordenadora-Geral de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes e Promoção da Cultura da Paz do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74943>

41. Partos prematuros no Brasil: avanços e desafios

Data de Reunião: 27/11/2024

Requerimento nº 190/2024 CSAUDE, do Dep. Dr. Zacharias Calil (União-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública sobre o parto prematuro no Brasil. O debate atendeu a pedido do Deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO).

Segundo o parlamentar, que também é médico, o parto prematuro é a principal causa de mortalidade infantil antes dos 5 anos de idade. "No Brasil, são cerca de 330 mil partos prematuros por ano, o equivalente ao nascimento de seis bebês antes da hora a cada dez minutos", calculou o deputado.

O objetivo da audiência pública, segundo Calil, foi engajar os parlamentares, os gestores públicos e a sociedade civil em um debate sobre causas e consequências do parto prematuro, o que está sendo feito para mudar o cenário no país.

A audiência fez parte do Novembro Roxo, campanha de conscientização sobre a prematuridade.

Expositores:

Carlos Zaconeta

Presidente do Comitê de Neonatologia da Sociedade de Pediatria do DF

Denise Suguitani

Diretora da ONG Prematuridade.com

Karla Cerávollo

Psicóloga obstétrica

Suellen Martins

Mãe de duas bebês prematuras

Heloísa da Veiga Coelho

Assessora técnica do Departamento de Gestão do Cuidado Integral do Ministério da Saúde



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74908>

42. Dia Nacional da Cirurgia Plástica Reparadora

Data da reunião: 28/11/2024

Requerimento nº 59/2024 CSAUDE, do Dep. Bruno Ganem (Podemos-SP)

A Comissão de Saúde debateu o Dia Nacional da Cirurgia Plástica Reparadora, a pedido do Deputado Bruno Ganem (Podemos-SP). A reunião foi presidida pelo Deputado Jonas Donizette (PSB-SP).

O autor do requerimento afirmou que o objetivo foi discutir com as organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas à cirurgia plástica no Brasil para instituir a data comemorativa do dia 05 de julho como Dia Nacional da Cirurgia Plástica Reparadora.

“O brasileiro Ivo Pitanguy revolucionou a cirurgia plástica reparadora no mundo e como homenagem ao seu legado propomos a data de seu nascimento como Dia Nacional da Cirurgia Plástica reparadora”, argumentou Ganem.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

José Eduardo Lintz

Diretor da Associação dos Ex-alunos do Professor Ivo Pitanguy

Antônio Paulo Pitanguy

Médico cirurgião plástico, neto do Professor Ivo Pitanguy

Marcelo Marcos Morales

Acadêmico de medicina e Membro Titular da Academia Nacional de Medicina

Luciano Ornelas Chaves

Representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Presidente da Fundação Instituto para o Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária (IDEAH)

Fausto Camilo Bermeo Paguay

Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica no Distrito Federal

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74943>

43. Regulamentação das atividades do técnico farmacêutico

Data da reunião: 03/12/2024

Requerimentos nº 162 e nº 165/2024 CSAUDE, do Dep. Clodoaldo Magalhães (PV-PE)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater o PL 926/24, que regulamenta as atividades dos profissionais de nível técnico da área farmacêutica. O debate atendeu o pedido do Deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE).

O debate teve como objetivo, além de dar clareza para atuação desses profissionais, abordar preocupações sobre a segurança no emprego para os técnicos em farmácia. "A introdução de novos requisitos regulatórios pode inadvertidamente levar à exclusão de profissionais atualmente empregados que podem não atender imediatamente aos novos padrões", afirmou o deputado.

Ele defendeu a necessidade de discutir salvaguardas e estratégias de transição que possam mitigar riscos de desemprego e apoiar a adaptação dos trabalhadores às novas normas.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Expositores:

Adriana Nunes Gomes

Diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma)

Ademir Valerio Silva

Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag)

Maurício Cavalcante Filizola

Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Walter Jorge João

Presidente do Conselho Federal de Farmácia

Rafael Oliveira

Presidente Executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75026>

44. Treinamento e qualificação para cirurgia robótica no SUS

Data da reunião: 03/12/2024

Requerimento nº 98/2024 CSAUDE, do Dep Zé Vitor (PL-MG)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir o treinamento e a qualificação profissional necessários para implementar a cirurgia robótica no Sistema Único de Saúde (SUS).

O debate atendeu o pedido do Deputado Zé Vitor (PL-MG), relator do Projeto de Lei 942/22, de autoria da Deputada Carla Zambelli (PL-SP), que cria incentivos para o ensino de cirurgia robótica em instituições federais de ensino superior.

Segundo o referido parlamentar a cirurgia robótica já é uma realidade em todo o mundo, mas no SUS seu uso ainda é tímido pela falta de equipamentos, de infraestrutura e de profissionais qualificados.

O debate foi mediado pelo Deputado Pedro Westaphalen (PP-RS).

Expositores:

Felipe Lott

Preceptor do Fellowship em Uro-oncologia do Instituto Nacional do Câncer (INCA)

Paulo Stevanato

Diretor de Ensino e Residência da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO)

Alessandro Campolina

Médico e pesquisador do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP)

Luis Romagnolo

Diretor de Inovação do Hospital de Amor

Cleinaldo de Almeida Costa

Diretor do Departamento de Saúde Digital e Inovação do Ministério da Saúde



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75033>

45. Autismo e mercado de trabalho

Data da reunião: 04/12/2024

Requerimento nº 68/2024 CSAUDE, do Dep. Eduardo da Fonte (PP-PE)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a inclusão de pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista (TEA) no mercado de trabalho. O debate atendeu o pedido do Deputado Eduardo da Fonte (PP-PE).

O parlamentar argumentou que algumas pessoas com TEA possuem talentos que podem ser explorados no ambiente profissional, como a habilidade de identificar padrões complexos, excelente memória e alta concentração. Afirmou que garantir a inclusão de pessoas diagnosticadas com TEA possibilita que estas pessoas contribuam com renda familiar, tenham independência financeira, mais autonomia e vida social inclusiva.



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Frínea Andrade

Diretora e fundadora do Instituto Dimitri Andrade Recife – PE

Valdiza Nunes de Aguiar Soares

Coodenadora de Atenção à Saúde da Pessoa com TEA e outras neurodiversidades da Secretaria de Estado da Saúde de Pernambuco

Ana Maria Serrajordia

Superintendente da Associação Amigos do Autista (AMA/SP)

Lucinete Ferreira Andrade

Presidente-diretora da Associação Brasileira de Autismo Comportamento e Intervenção (ABRACI/DF)

Marcelo Vitoriano

Diretor-geral da organização social Specialisterne – SP

Flávio Gonzalez

Coordenador de inclusão do Instituto Jô Clemente – SP

Tiago Figueiredo

Médico psiquiatra

Arthur de Almeida Medeiros

Coordenador-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75034>

46. Escolas Estaduais de Saúde Pública

Data da reunião: 05/12/2024

Requerimentos nº 112/2024 e nº 127/2024 CSAUDE, do Dep. Jorge Solla (PT-BA)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater sobre o fortalecimento de escolas estaduais de saúde pública. Essas escolas são vinculadas às secretarias estaduais de saúde e devem atuar na formação e na qualificação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e na promoção da educação em saúde para a comunidade.

O debate atendeu o pedido do Deputado Jorge Solla (PT-BA). Para o parlamentar, instituições dessa natureza precisam ser reconhecidas como parte da estrutura do SUS. "Em vários estados já existem essas escolas que atuam na qualificação da força de trabalho em saúde. Mas é preciso também incentivar a implementação nos estados que ainda não as possuem".



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Expositores:

Marília Santos Fontoura

Diretora da Escola de Saúde Pública da Bahia Prof. Jorge Novis da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

Fabiano Ribeiro dos Santos

Diretor-geral do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi) da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo

Haroldo Pontes

Assessor do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e coordenador da Rede Colaborativa de Escolas Estaduais de Saúde Pública

Célia Borges

Representante da região nordeste da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública

Mônica Vieira

Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Fiocruz

Isabela Pintos

Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde

Livia Milena Barbosa de Deus e Mello

Diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75035>

47. Dia do Cirurgião de Cabeça e Pescoço

Data da reunião: 10/12/2024

Requerimento nº 78/2024 CSAUDE, do Dep. Ismael Alexandrino (PSD-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei 484/24, que cria o Dia Nacional do Cirurgião de Cabeça e Pescoço, a ser celebrado em 27 de julho.

O debate atendeu o pedido do Deputado Ismael Alexandrino (PSD-GO).

Para o parlamentar "A instituição de um dia nacional dedicado a esses especialistas não apenas reconhece a importância de sua contribuição para a medicina e para a saúde pública, mas também promove a conscientização sobre os tipos de câncer de cabeça e pescoço". A data visa ainda fortalecer as políticas de saúde voltadas para a capacitação de profissionais e para a melhoria dos serviços de diagnóstico e tratamento disponíveis à população.

Expositores:

Fátima Cristina Mendes de Matos

Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço (SBCCP)

Melissa Ribeiro

Presidente da Associação de Câncer de Cabeça e Pescoço (ACBG Brasil)

Aline Lauda

Membro do Comitê de Tumores de Cabeça e Pescoço (SBOC), fundadora e ex-presidente do Grupo Brasileiro de Câncer de Cabeça e Pescoço (GBCP)



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75197>

48. Impactos do uso e venda indiscriminados de medicamentos análogos ao GLP-1

Data da reunião: 11/12/2024

Requerimentos nº 249/2024 CSAUDE, do Dep. Dr. Francisco (PT-PI),
e nº 260/2024 CSAUDE, da Dep. Flávia Morais (PDT-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados debateu o uso e a venda indiscriminados de medicamentos análogos ao GLP-1, como o Ozempic. Esses medicamentos possuem registros aprovados no Brasil para o tratamento de obesidade e diabetes, mas são de tarja vermelha, que exige receita médica.

O debate foi solicitado pelo Deputado Dr. Francisco (PT-PI) e pela Deputada Flávia Morais (PDT-GO).

Os parlamentares alertaram para um expressivo aumento na venda desses medicamentos, muitas vezes para usos fora das indicações aprovadas, como para fins estéticos. "Tal prática desconsidera a necessidade de orientação médica e o potencial risco de efeitos colaterais graves, como pancreatite, conforme registrado nas bulas aprovadas pela Anvisa", afirmou a Deputada Flávia Morais.

O Deputado Dr. Francisco destacou que a proximidade da expiração de patentes desses medicamentos também pode ampliar a acessibilidade e, consequentemente, aumentar o risco de uso inadequado.

"É necessário debater os possíveis impactos do uso e da venda desses medicamentos e avaliar a viabilidade de medidas para ampliar o controle, como a retenção obrigatória de prescrições e outras restrições de venda com classificação especial, a fim de proteger a saúde pública e garantir o uso seguro e adequado dessas moléculas", disse Dr. Francisco.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Bruno Halpern

Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO)

Thamires Cappello

Advogada e pesquisadora especialista em Direito Sanitário

Paulo Augusto Miranda

Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM)

Nelson Mussolini

Presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma)

Renato Alencar Porto

Presidente-executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)

Raphael Câmara Medeiros Parente

Representante do Conselho Federal de Medicina

Mônica Lenzi

Representante do Conselho Federal de Farmácia

Flávia Neves Rocha Alves

Gerente de Farmacovigilância da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75141>

Comissão de Saúde



REUNIÕES DE COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

1. Ministra da Saúde, Nísia Trindade, discute ações da pasta

Data da reunião: 10/04/2024

Requerimentos nº 3/2024 CSAUDE, do Dep. Célio Silveira (MDB-GO), nº 16/2024 CSAUDE, da Dep. Rosângela Moro (UNIÃO-SP), e nº 37/2024 CSAUDE, do Dep. Dr. Francisco (PT-PI)



Mario Agra/Câmara dos Deputados

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, compareceu à Comissão de Saúde para prestar esclarecimentos acerca de emendas da Saúde e fazer um balanço do primeiro ano de trabalho à frente do órgão.

Após ser questionada por parlamentares da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, Nísia Trindade disse que poderia abrir os dados sobre todos os repasses extras feitos em 2023 com base na portaria que redistribuiu os recursos de emendas parlamentares, após a Emenda Constitucional 126, de 2022.

A emenda redistribuiu os recursos das antigas emendas de relator ao Orçamento após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a sua inconstitucionalidade. Nísia afirmou que fez os repasses com o apoio de estados e municípios, mas alguns parlamentares questionaram um repasse para Cabo Frio (RJ), que teria sido maior que os demais.

Segundo a ministra, a Portaria 544/23 do ministério ofereceu os critérios para o repasse inicial de R\$ 3 bilhões, e os prefeitos e governadores reivindicaram os recursos por meio de propostas específicas.

O Deputado Luiz Lima (PL-RJ) citou reportagem do Portal UOL, afirmando que a cidade de Cabo Frio recebeu um extra de R\$ 55 milhões. E acrescentou que o filho da ministra trabalhava no gabinete da prefeitura.

“Conforme diretriz do SUS, os repasses para os serviços de alta e média complexidade que ultrapassem o teto estabelecido requerem autorização dos colegiados estaduais, que incluem representantes da área de saúde. A portaria que justifica o envio de R\$ 55 milhões menciona quatro autorizações da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) do Rio de Janeiro. No entanto, levantamento mostra que as autorizações são apenas para o repasse de R\$ 4 milhões”, disse o deputado, ao ler a reportagem.

A ministra explicou que outros municípios, como São Gonçalo e Magé, receberam mais recursos que Cabo Frio. Ela disse que os critérios foram técnicos, mas que algumas cidades acumularam prejuízos ao longo dos anos. “Ainda que tenhamos critérios técnicos, houve anos de desmonte e não atendimento a demandas. Eu proponho uma abertura destes dados, uma discussão específica para que não pare nenhuma dúvida sobre a transparência, sobre a lisura do Ministério da Saúde. É a melhor forma de fazer isso”, afirmou a ministra.

O Deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) disse não ver problema na atividade do filho da ministra (que não trabalha na área da saúde em Cabo Frio e sim da cultura).

“O problema é que o ministério que a senhora comanda tem muito dinheiro. E, quando tem muito dinheiro, tem muita gente que quer botar a mão nesse dinheiro do ministério que a senhora comanda”, disse Áureo Ribeiro.

Fonte: Agência Câmara de Notícias com Assessoria de Comunicação da Comissão de Saúde



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72315>

2. Ministra da Saúde, Nísia Trindade, presta esclarecimentos sobre assuntos da área

Data da reunião: 13/11/2024

Requerimentos nº 71/2024 CFFC, do Dep. Jorge Solla (PT-BA), nº 79/2024 CFFC, do Dep. Kim Kataguiri (União-SP), nº 91/2024 e nº 113/2024 CFFC, do Dep. Evair Vieira de Melo (PP-ES), nº 209/2024 CSAUDE, do Dep. Leo Prates (PDT-BA), nº 254/2024 e nº 255/2024 CFFC, do Dep. Eduardo Bolsonaro (PL-SP), nº 203/2024 CSAUDE, do Dep. Dr. Frederico (PRD-MG)



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

As comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Saúde da Câmara dos Deputados receberam a ministra da Saúde, Nísia Trindade, que foi questionada sobre os critérios de repasse de verbas do ministério para estados e municípios, cortes no orçamento do setor e resultados de auditorias. Nísia também fez um balanço das ações desenvolvidas pelo ministério. A reunião conjunta foi comandada pelo Deputado Dr. Francisco (PT-PI), presidente da Comissão de Saúde, e pelo Deputado Joseildo Ramos (PT-BA), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O debate foi realizado a pedido dos Deputados Jorge Solla (PT-BA), Kim Kataguiri (União-SP), Evair Vieira de Melo (PP-ES), Leo Prates (PDT-BA), Eduardo Bolsonaro (PL- SP) e Dr. Frederico (PRD-MG).

Nísia Trindade afirmou que caberá apenas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a decisão sobre eventuais cortes orçamentários no próximo ano.

“O presidente Lula tem total compromisso com os programas sociais, ele mesmo disse, e com as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS)”, assegurou Nísia Trindade. “O governo trabalha com visões de prioridade e de responsabilidade.”

Durante a audiência pública, o Deputado Dr. Frederico (PRD-MG) foi um dos que pediram detalhes à ministra Nísia Trindade. “Vai ter corte ou não no Ministério da Saúde? Vossa Excelência não respondeu”, insistiu o parlamentar mais de uma vez.

“Como quem trabalha na saúde há muitos anos e boa parte da população sabe, o SUS é subfinanciado no Brasil”, disse Nísia Trindade. “O presidente Lula assumiu o governo exatamente com compromisso de avançar nesse orçamento”, afirmou.

Em um balanço sobre a atuação do ministério até agora, Nísia Trindade citou, entre outras, ações para o fortalecimento do SUS e dos programas que, segundo ela, foram negligenciados na gestão anterior, como as campanhas de vacinação.

“O que nós fizemos foi reconstruir um SUS que cuide das pessoas. A Constituição já garante o direito à saúde, agora resta fazer com que de fato esse direito seja assegurado com qualidade, visão de futuro e democracia”, afirmou a ministra.

“Uma das principais conquistas foi a recuperação da cobertura vacinal e, agora, o reconhecimento de que o Brasil está de novo livre do sarampo, da rubéola e da síndrome congênita da rubéola”, avaliou Nísia Trindade. “Vacinas salvam vidas.”

Deputados questionaram o descarte de vacinas pela perda da validade. Segundo a ministra, a medida foi necessária porque o governo Lula recebeu estoques próximos ao vencimento, já que a gestão anterior falhou na distribuição deles.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74717>

Comissão de Saúde



EVENTOS TÉCNICOS

Seminários

1. Saberes Tradicionais e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

Data: 21/05/2024

Requerimento nº 75/2024 CSAUDE, das Dep. Ana Paula Lima (PT-SC) e Érika Kokay (PT-DF) e do Dep. Padre João (PT-MG)



Mário Agra/Câmara dos Deputados

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados promoveu o 1º Seminário de Saberes Tradicionais e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

As práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) abrangem uma vasta gama de abordagens terapêuticas, parte delas com origem em saberes e culturas ancestrais, visando promover o bem-estar físico, mental, emocional e espiritual dos indivíduos.

Para as Deputadas Ana Paula Lima (PT-SC) e Erika Kokay (PT-DF), o evento foi uma oportunidade para o compartilhamento de conhecimentos e construção de um debate amplo acerca dos aspectos que permeiam financiamento, gestão, implementação de serviço, formação, pesquisa, acesso, controle social e regulação de práticas na perspectiva do desenvolvimento e avanço

da integração desta abordagem de cuidado integral no âmbito do SUS.

"O reconhecimento e a integração das PICS nos sistemas de saúde são importantes não apenas por oferecerem alternativas complementares aos tratamentos convencionais, mas também por promoverem uma abordagem mais humanizada e centrada no paciente. No entanto, é essencial que essas práticas sejam utilizadas de forma segura e responsável, em conjunto com o acompanhamento de profissionais de saúde qualificados e devidamente capacitados", afirmaram as deputadas.

Expositores:

Lídia Guajajara

Representante do Ministério dos Povos Indígenas

Marcos Pedrosa

Assessor na Secretaria de Atenção Primária do Ministério da Saúde

Patrícia Franco Marques

Coordenadora-geral de Residências em Saúde na Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde, Secretaria de Educação Superior, Ministério da Educação

Joseane Carvalho Costa

Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Rafael Dall Alba

Consultor de Serviços e Sistemas de Saúde, ponto focal das Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas, da Organização Panamericana da Saúde

Eliane Maria Nogueira de Paiva Cunha

Coordenadora-adjunta da Comissão Intersetorial de Promoção, Proteção e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Nacional de Saúde

Karen Berenice Denez

Membro do Núcleo Executivo da Rede PICS Brasil

Marcos Pedrosa

Assessor na Secretaria de Atenção Primária do Ministério da Saúde

Ricardo Malaguti

Chefe de Serviço de Gestão do Cuidado Assistencial da Diretoria de Atenção à Saúde da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares do Ministério da Educação

Abrahão Nunes da Silva

Coordenador da Comissão Intersectorial de Promoção, Proteção e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do Conselho Nacional de Saúde

Islândia Maria Carvalho de Sousa

Coordenadora-executiva do Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (ObservaPICS) da Fundação Oswaldo Cruz

Nelson Filice de Barros

Coordenador do Laboratório de Práticas Alternativas, Complementares e Integrativas da Unicamp, representando a Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Iracema Benevides

Membro da RedePICS Brasil

Victor Carlos Doneida

Consultor da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde do Ministério da Saúde

Ricardo Ghelman

Fundador e vice-presidente do Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa (CABSIN)

Josefa Gomes Ataídes

Produtora rural, representante do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana do DF

Leleco Pimentel

Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Jefferson Caldas dos Santos

Coordenador Nacional da Rede de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade/RedesFito (Fiocruz)

Bahyyeh Ahmadpour

Coordenadora da Coordenação de Atributos, Promoção e Saúde Digital da Saúde Indígena, Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena, Secretaria de Saúde Indígena, Ministério da Saúde

Putira Sacuena

Assessora do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena, Secretaria de Saúde Indígena, Ministério da Saúde

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72748>

2. Seminário em Defesa da Reforma Tributária 3S: saudável, solidária e sustentável

Data: 12/06/2024

Requerimentos nº 63/2024 e nº 110/2024 CSAUDE, do Dep. Padre João (PT-MG), nº 25/2024 CDE e nº 28/2024 CMADS, do Dep. Nilto Tatto (PT-SP)



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

As Comissões de Legislação Participativa; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Saúde; e de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados promoveram o seminário "Em defesa da Reforma Tributária 3S: Saudável, Solidária e Sustentável".

O tema da primeira mesa do evento foi "Imposto Seletivo e meio ambiente". A mesa foi coordenada pelo Deputado Nilto Tatto (PT-SP). Já a segunda mesa discutiu "Cesta básica e combate às desigualdades", com coordenação do Deputado Padre João (PT-MG).

De acordo com a justificativa dos deputados para a realização do seminário, a reforma tributária impactará a vida dos brasileiros em diversos aspectos, dentre eles aqueles relativos às temáticas social, meio ambiente e saúde. O objetivo do debate, segundo eles, foi de informar a sociedade quanto à reforma tributária, bem como incentivar um novo perfil de consumo que vise à saúde e à vida digna.

Expositores:

Mesa 1: Imposto Seletivo e Meio Ambiente

Coordenação: Deputado Nilto Tatto (PT-SP)

Mônica Andreis

Diretora-Presidente da ACT Promoção da Saúde

Courtney Ivins

Representante da Health, Nutrition, and Population Global Practice Latin America (Banco Mundial)

Bert Brys

Senior Tax Economist, Head of Country Tax Policy Unit, OECD Centre for OCDE

Letícia Cardoso

Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância das Doenças e Agravos não Transmissão do Ministério da Saúde

Rodrigo Orair

Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda

Daniel Becker

Médico sanitarista e pediatra

Marcos Woortmann

Diretor Adjunto do do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)

Carlos Alexandre Príncipe

Coordenador Substituto do Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima e ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Mesa 2: Cesta Básica e Combate às Desigualdades

Coordenação: Deputado Padre João (PT-MG)

Cleo Manhas

Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Lilian dos Santos Rahal

Secretária da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Liliana Paula Bricarello
Conselho Federal de Nutricionistas

Leleco Pimentel
Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais

Ana Maria Maya
Especialista de Saúde Coletiva do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC)

Reginaldo Lopes (PT-MG)
Deputado federal, membro do GT da Regulamentação do PLP 68, Reforma Tributária

José Graziano
Ex-diretor geral da FAO, ex-Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

Fonte: Agência Câmara de Notícias

 <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73392>

3. XXI Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional

Data: 06/08/2024

Requerimentos nº 68/2024 CLP, das Dep. Erika Hilton (PSOL-SP) e Luiza Erundina (PSOL-SP); nº 45/2024 CDHMIR, dos Dep. Daiana Santos (PCdoB-RS), Erika Hilton (PSOL-SP), Ivan Valente (PSOL-SP), Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), Reginete Bispo (PT-RS) e Talíria Petrone (PSOL-RJ); nº 20/2024 CPOVOS, dos Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ) e Erika Hilton (PSOL-SP); nº 151/2024 CSAUDE, das Dep. Ana Pimentel (PT-MG), Erika Hilton (PSOL-SP) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ); nº 51/2024 CMULHER, das Dep. Ana Pimentel (PT-MG), Carol Dartora (PT-PR), Erika Hilton (PSOL-SP), Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Talíria Petrone (PSOL-RJ); e nº 27/2024 CPD, dos Dep. Erika Hilton (PSOL-SP) e Glauber Braga (PSOL-RJ).

Sete comissões temáticas da Câmara dos Deputados, dentre as quais a Comissão de Saúde, promoveram em conjunto o 21º Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional. Neste ano, o evento teve como tema "Somos o que somos! 25 anos da proibição da conversão sexual no Brasil".

O seminário atendeu à solicitação da Comissões de Legislação Participativa; de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; de Saúde; de Defesa dos Direitos da Mulher; de Cultura; e de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Deputada Erika Hilton (Psol-SP), uma das deputadas que propuseram a realização do seminário junto com diversos outros parlamentares, lembrou que o Dia Internacional Contra a Homofobia (17 de maio) faz referência à revisão normativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) que, em 1990, retirou a homossexualidade da classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde.

Ela acrescentou que, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia publicou resolução que formalizou a compreensão de que, para a Psicologia, a sexualidade e a identidade de gênero são constituintes da identidade de cada sujeito e, por isso, as homossexualidades e transexualidades não constituem doença, distúrbio ou perversão.

"Essas duas importantes decisões institucionais mudaram a conjuntura social, política e de formulação e promoção de políticas públicas de cidadania às LGBT. Significou, sem meios termos, o freio à construção de preconceitos, de marginalização e inferiorização da população LGBT em diversos setores", destacou a parlamentar.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

A edição do seminário LGBTQIA+ deste ano abordou a temática da resistência à patologização das identidades e sexualidade das pessoas LGBTQIA+, em especial, contrapondo-se às terapias de conversão sexual no Brasil, conhecidas como “cura gay”, e seus desdobramentos.

"Com a proibição de atuação dos psicólogos em terapias de conversão sexual, os opositores da comunidade LGBTQIA+ organizaram outras frentes de ataque à cidadania do grupo, em especial, na esfera educacional e no método ativo de impedir quaisquer avanços de direitos nas casas legislativas", afirmou Erika Hilton.

Expositores:

Mesa 1: "Somos o que somos! O caminho para despatologização das identidades LGBTI+ no Brasil no mundo!"

Mediadora: Deputada Federal Fábio Felix

Deputado Fábio Félix
Deputado Distrital (Psol/DF)

Thiago Coacci
Doutor em Ciências Políticas

Pedro Paulo Bicalho
Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Ariadne Ribeiro
Oficial de Igualdades e Direitos do UNAIDS Brasil; Doutora em Psiquiatria e Psicologia Médica pela UNIFESP; Tutora do Programa Columbia Women Leadership Program e professora

Milla Magalhães
Advogada

Raffa Carmo
Ativista e Artista Visual e Coordenador da Rede Trans Pará

Mesa 2: "Não há doença em nossas identidades e afetos! Pela saúde integral da população LGBTI+"

Mediador(a): Deputada Federal Prof. Goreth

Flávia Teixeira
Diretora de Programa no Gabinete da Ministra

Milton Crenitte

Médico geriatra e professor

Tatiane Miranda

Doutoranda em Ciências da Saúde, médica pediatra e professora

Cadu Oliveira

Militante interseccional nas pautas LGBTI, movimento negro e PVHA

Manuella Tyller

Transcender Social / Coletivo Ilha do Fogo

Vereadora Thabatta Pimenta (PSol/RN)

Vereadora de Carnaúba dos Dantas/RN

Julio Batatinha

Doutorando em Saúde Trans e Intersexo/ DDS no HC USP

Isadora Canto

Conselho Federal de Psicologia

Mesa 3: "Os desafios da educação antiLGBTfóbica, da escola ao parlamento brasileiro"

Mediadora: Deputada Federal Erika Hilton

Lucas Costa Almeida Dias

Procurador da República e Coordenador do GT "População LGBTQIA+: proteção de direitos, representando a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Erasto Fortes Mendonça

Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos do Ministério da Educação

Amanda Paschoal

Ativista e coordenadora da Rede Emancipa de Cursinho Populares

Ruth Venceremos

Diretora do Distrito Drag/ MST

Madu Krasny

Pesquisadora do Pajubá e Linguagem Neutra de Gênero

Tony Gigliotti

Professor do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero (NEDIG/CEAM/UnB)

Mesa 4: "A luta continua! O que queremos para nosso futuro"

Mediadora e debatedora: Deputada Federal Erika Hilton

Deputada Estadual Rosa Amorim (PT/PE)

André Cavalcanti

Juiz do Trabalho do TRT-13

Dida Figueiredo

Professora Adjunta de Direitos Humanos e Direito e Pensamento Político da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Larissa Pankararu

Coordenadora de políticas para indígenas LGBTQIA+ do Ministério dos Povos Indígenas

Deputada Federal Erika Hilton (Psol/SP)

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+ do Congresso Nacional

Bruna Benevides

PresidenTRA da Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Gabriel Dil

Doutorando em Direito Público

Deputada Estadual Ediane Maria (PSOL/SP)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73920>

4. Cenário da oncologia no Brasil: diagnóstico, tecnologia, acesso e radioterapia

Data: 25/11/2024

Requerimento nº 236/2024 CSAUDE, da Dep. Silvia Cristina (PP-RO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou um seminário para debater o cenário da oncologia no Brasil. O debate atendeu o pedido da Deputada Silvia Cristina (PP-RO) e foi mediado pelo Deputado Weliton Prado (SOLIDARIEDADE-MG). Foram discutidos temas como diagnóstico precoce, avanços tecnológicos e ampliação do acesso a tratamentos oncológicos.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Ao solicitar o evento, a Deputada Silvia Cristina lembrou que, conforme o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer é a segunda maior causa de mortes no Brasil, com mais de 700 mil novos casos estimados por ano. Destacou que a detecção precoce do câncer aumenta as chances de cura, melhora a qualidade de vida dos pacientes e reduz custos para o sistema de saúde. No entanto, o acesso aos tratamentos ainda é desigual, especialmente em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Afirmou que "os avanços da tecnologia no tratamento do câncer, como a utilização de terapias direcionadas, imunoterapia e inteligência artificial, estão revolucionando a área oncológica, no entanto, há desafios para que essas inovações sejam incorporadas de forma mais ampla no Sistema Único de Saúde (SUS)".

Expositores:

Mesa 1: Acesso a diagnóstico precoce e tratamento adequado no SUS: qual é a realidade?

Fernando Maia
Médico sanitarista

Alisson Borges
Radio-oncologista no Hospital DF Star e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT)

Marlene Oliveira
Representante do Instituto Lado a Lado Pela Vida

Luana Lima
Representante da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE)

Alexandre Ben
Coordenador de *Advocacy* da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA)

Mesa 2: Uso da tecnologia a favor do diagnóstico e tratamento do câncer: como acelerar a incorporação no SUS

Daniel Girardi
Oncologista do Hospital Sírio Libanês – Brasília

Alisson Borges
Radio-oncologista no Hospital DF Star e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT)

Joana Jeker
Presidente da Recomeçar – Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília

Felipe Carvalho
Diretor Regional da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (ABIMED)

Mesa 3: Visão de todos os atores no Plano de Expansão da Radioterapia (PER-SUS): lições aprendidas e impacto na radioterapia do SUS

Thiago Rodrigues Santos
Gerente de Projetos do Ministério da Saúde

Helena Esteves
Representante do Instituto Oncoguia

Lucas Radicchi

Físico médico do IBCC e do Hospital Santa Marcelina

Humberto Izidoro

Presidente da Varian para a América Latina

Roberto de Almeida Gil

Diretor-geral do Instituto Nacional de Câncer (INCA)

Pascoal Marracini

Presidente da Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer (Abificc)

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74918>

5. Orfandade e direitos do invisibilizado

Data: 26/11/2024

Requerimentos nº 23/2024 CSAUDE, da Dep. Juliana Cardoso (PT-SP); nº 101/2024 CLP, do Dep. Waldenor Pereira (PT-BA); nº 45/2024 CPASF, das Dep. Erika Kokay (PT-DF) e Juliana Cardoso (PT-SP); nº 211/2024 CDHMIR, dos Dep. Camila Jara (PT-MS), Juliana Cardoso (PT-SP) e Vicentinho (PT-SP); nº 207/2024 CE, dos Dep. Carla Ayres (PT-SC), Carol Dartora (PT-PR), Juliana Cardoso (PT-SP) e Vicentinho (PT-SP)

As Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; Educação; Legislação Participativa; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e esta Comissão de Saúde promoveram em conjunto um seminário sobre Orfandade e Direitos do invisibilizado, visando à proteção integral das crianças e adolescentes e suas famílias. O debate, presidido pela Deputada Juliana Cardoso (PT-SP), teve como objetivo dar celeridade ao processo de construção de uma política nacional universal e integral de proteção de crianças e adolescentes em orfandade e de suas famílias, que evidencie as responsabilidades do poder executivo federal e a subsidiariedade junto aos demais níveis de governo e poderes.



Renato Araujo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Mesa 1: Orfandade como desproteção social: explorar o conceito básico de orfandade trazido pela Coalizão Orfandade e Direitos e apresentar dados pertinentes.

Milton Alves Santos

Coordenador-executivo Nacional da Coalizão Orfandade e Direitos

Alessandra Santos de Almeida

Vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Aldaíza Sposati

Professora Titular Sênior da PUC de São Paulo

Luis Carlos Vendramin Júnior

Presidente do Operador Nacional do Registro Civil (ON-RCPN)

Julianne Freire Marques

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Elaine Amazonas Alves dos Santos

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Grazy Gabriel

Presidente do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares (FCNCT)

Devanir Garcia

Presidente da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN)

Rogério Giannini
Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME)

Patrícia Bettin Chaves
Defensoria Pública da União

João Batista de Lima
Conselho Federal de Enfermagem (COFEN)

Vadosmar Vieira Santos
Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS)

Milton Alves Santos
Coordenador-executivo da Coalizão Orfandade e Direitos

Marina de Pol Poniwas
Presidente do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Mesa 2: Ações e Proteções às Crianças e Adolescentes em Orfandade e suas famílias – As ações do poder executivo federal e os dados sob sua responsabilidade.

Letícia Peçanha
Ministério da Justiça e Segurança Pública

Marina de Pol Poniwas
Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Maria Carolina Pereira Alves
Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS

Fernanda Lou Sans Magano
Integrante da Mesa Diretora e Conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Tatiana Raquel Selbmann Coimbra
Assessora técnica da Coordenação de Atenção à Saúde da Criança e dos Adolescentes – CGCRIAJ/DGCI/SAPS

Eugênio Benedictus Cassaro Filho
Coordenador-geral do Departamento de Proteção Social Especial- DPSE/SNAS

Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano
Ministério da Previdência Social

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/74969>

6. Avanços recentes na Saúde Digital

Data da reunião : 28/11/2024

Requerimento nº 250/2024 CSAUDE, da Dep. Adriana Ventura (Novo-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou seminário para debater tópicos atinentes aos trabalhos da Subcomissão de Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital – Subtele. O objetivo foi promover um debate amplo e inclusivo sobre temas que impactam diretamente a gestão pública e privada da saúde, buscando melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.



Mário Agra / Câmara dos Deputados

Expositores:

Abertura:

Cleinaldo Costa

Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde

Renato Gomes

Coordenador-Geral de Acompanhamento de Telecomunicações do Ministério das Comunicações/Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)

Alexandre Taleb

Coordenador do núcleo de Telemedicina e Telessaúde da UFG

Painel 1: Financiamento e expansão do uso de tecnologias

Alexandre Taleb

Coordenador do núcleo de Telemedicina e Telessaúde da UFG

Felipe Ferré

Assessor técnico do Conass

Luciana Portilho

PhD, Coordenadora da Pesquisa TIC Saúde do Cetic.br/NIC.br

Painel 2: Governança e capacitação de gestores e profissionais de saúde

Eliana Herzog

Conselheira de Administração e Consultiva, Advogada com atuação em Governança Corporativa, Compliance e Privacidade de Dados

Teresa Sacchetta

MD, MBA, PhD in Health Informatics, Healthcare executive and Board member

Beatriz Leão

Project Expert, Portfólio Digital, Compromisso Social, Hospital Sírio-Líbanês

Heimar Marin

Alumni professor, Health and Nursing Informatics, UNIFESP

Painel 3: Atualização regulatória frente a novas tecnologias e mudanças na jornada de tratamento

Teresa Gutierrez

Advogada especializada no tema

Felipe Dias Carvalho

Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde

Carlos Pedrotti

Saúde Digital Brasil

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75025>

7. Desafios e Perspectivas em Políticas Públicas para Doenças Raras e Autismo

Data: 10/12/2024

Requerimento nº 225/2024 CSAUDE, da Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou o Seminário Desafios e Perspectivas em Políticas Públicas para Doenças Raras e Autismo. O debate atendeu o pedido da Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), presidente da Subcomissão para tratar de Políticas Públicas de Saúde para o Transtorno do Espectro Autista e para as Doenças Raras e demais neurodiversidades (SUBRAUT).

O objetivo do evento foi promover o debate qualificado e abrangente sobre questões relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), às doenças raras e demais neurodiversidades, que conjuntamente afetam milhões de brasileiros e demandam atenção específica do poder público. O Seminário reuniu especialistas da área de saúde, educação, direitos humanos e inclusão, assim como representantes do poder público, organizações da sociedade civil, a academia e a indústria, para um debate profundo e estruturado sobre essas condições.



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Expositores:

Abertura:

Dr. Francisco

Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados

Flávia Morais

Presidente da Subcomissão de Políticas Públicas de Saúde para o Transtorno do Espectro Autista e para as Doenças Raras e demais neurodiversidades – SUBRAUT

Iza Arruda

Relatora-geral da Subcomissão de Políticas Públicas de Saúde para o Transtorno do Espectro Autista e para as Doenças Raras e demais neurodiversidades – SUBRAUT

Luciana Santos

Ministra da Ciência Tecnologia e Inovação

Wellington Dias

Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Cleber Santos Vieira

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – Substituto

Arthur Medeiros

Coordenador-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde

Hisaac Alves de Oliveira

Coordenador-geral de Diversidade e Interseccionalidade – Substituto

Mesa 1: Políticas públicas no TEA: o papel dos Centros de Referência

Moderação: Dep. Iza Arruda e Dep. Amom Mandel

Arthur Medeiros

Coordenador-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde

João Francisco Alves

Auditor de Controle Externo TCE/PE

Luciana Brites

Pedagoga, psicopedagoga e psicomotricista, fundadora do Instituto NeuroSaber

Mesa 2: Do diagnóstico ao tratamento: soluções tecnológicas para doenças raras

Moderação: Dep. Rosangela Moro, Dep. Flávia Morais e Dep. Osmar Terra

Beatriz Ribeiro Versiani

Médica geneticista, representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica

Rômulo Marques

Diretor financeiro da FEBRARARAS

Mateus de Oliveira Torres

Médico neurogeneticista do Serviço de Genética e Genômica da Beneficência Portuguesa de São Paulo

Mesa 3: Práticas baseadas em evidências científicas no TEA

Moderação: Dep. Dra. Alessandra Haber e Dep. Orlando Silva

Flávia Marçal

Professora e pesquisadora

Dayane da Silva Lima

Secretária de Saúde de Ananindeua

Amanda Bueno

Diretora-executiva do Centro de Diagnóstico e Intervenção do Neurodesenvolvimento

Sônia da Costa

Diretora do Departamento de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva do Ministério da Ciência e Tecnologia

Mesa 4: Implementação e desdobramentos da Lei 14.154/21, que amplia o teste do pezinho

Moderação: Dep. Dr. Zacharias Calil e Dep. Diego Garcia

Eliane Pereira dos Santos

Assessora técnica da APAE de Anápolis-GO

Mouseline Torquato Domingos

Coordenadora do SRTN-PR, representante da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional (FEPE)

Helena Maria Guimarães Pimentel dos Santos

Consultora técnica do Ministério da Saúde

Mesa 5: Alimentação e nutrição no TEA e doenças raras

Moderação: Dep. Diego Garcia, Dep. Maria Rosas e Dep. Dr. Frederico

Érika Simone Carvalho

Presidente do Conselho Federal de Nutrição

Luana Zeolla

Psicóloga especialista em seletividade e restrição alimentar

Valéria Mendes Tavitian

Psicóloga com experiência no atendimento de pessoas com TEA

Monique Poubel

Nutricionista atuante em erros inatos do metabolismo

Fonte: Agência Câmara de Notícias



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75041>

Comissão de Saúde



EVENTOS EXTERNOS

Eventos Externos

No ano de 2024, a Comissão de Saúde realizou seis eventos em outras unidades da federação. Todos esses eventos – que incluíram visitas técnicas e seminários – foram fruto de requerimentos apresentados por deputados membros da Comissão e aprovados pelo plenário do Colegiado. Podem ser consideradas oportunidades ímpares para os deputados e deputadas membros da Comissão vivenciarem os problemas e desafios relacionados à saúde da população e contribuem, em grande medida, para subsidiar os processos de elaboração de políticas públicas em saúde.

1. Ampliação da Associação de Pais e Amigos dos Autistas

Dourados, Mato Grosso do Sul

Data: 05/04/2024

Requerimento nº 26/2024 CSAUDE, do Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS)

Nesta visita técnica, a Comissão de Saúde, representada pelo Deputado Geraldo Resende (PSDB/MS), acompanhou a inauguração da ampliação da sede da Associação de Pais e Amigos dos Autistas, em Dourados, Mato Grosso do Sul. A instituição, criada em 2010, atende crianças e adolescentes com autismo. As novas instalações contam com quatro consultórios, sala de atendimento de terapia ocupacional, sala de artes, salão para prática desportiva (ginástica artística) e uma academia de ginástica.

Antes da solenidade, agendada para às 9h30, o senhor Francisco Sobrinho de Brito e a senhora Ana Cláudia Pereira da Silva Brito, respectivamente Presidente e Diretora da instituição, apresentaram as novas instalações a um pequeno grupo de autoridades, com destaque para as seguintes presenças:

Cida Gonçalves
Ministra da Mulher

Geraldo Resende
Deputado Federal

José Carlos Barbosa
Vice-Governador do Estado do Mato Grosso do Sul

Juliano Ferro
Prefeito de Ivinhema, Mato Grosso do Sul

Malu Fernandes
Superintendente do Terceiro Setor na Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos

Mônica Riedel
Primeira-dama do Estado do Mato Grosso do Sul.



Assessoria Comissão de Saúde/ Assessoria Deputado Geraldo Resende

As autoridades dirigiram-se então ao palanque instalado na área externa da instituição onde se iniciou a solenidade. O evento contou com os discursos dos gestores da AAGD, de pessoas com autismo beneficiadas pela instituição, além do pronunciamento de diversas autoridades. A partir desse momento destacam-se, adicionalmente, as seguintes presenças:

Alan Guedes
Prefeito de Dourados, Mato Grosso do Sul

Gleice Jane

Deputada Estadual, Mato Grosso do Sul

Renato Câmara

Deputado Estadual, Mato Grosso do Sul

Sergio Nogueira

Vereador em Dourados, Mato Grosso do Sul

Telma Nantes

Subsecretária de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência do Estado do Mato Grosso do Sul

Viviane Luiza

Secretária de Estado de Cidadania

A solenidade foi finalizada por volta das 12 horas, com o descerramento da placa de inauguração.

O relatório do evento encontra-se aqui:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/outros-documentos/relatorios-de-visitas-tecnicas/2024/05-04-2024-inauguracao-da-ampliacao-do-predio-da-associacao-de-pais-e-amigos-dos-autistas-da-grande-dourados-aagd-dourados-ms/view>

2. Autismo: respeite os limites e valorize as capacidades

Aracaju, Sergipe

Data: 26/04/2024

Requerimento nº 82/2024 CSAUDE, da Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)

O Seminário, com o tema “Autismo, respeite os limites e valorize as capacidades”, foi realizado no dia 26/04/2024, sexta-feira, no Auditório do Hotel Arcus, em Aracaju, Sergipe. A escolha da data se deu em alusão ao Dia Mundial da Conscientização do Autismo, comemorado no dia 02 de abril.

O evento foi iniciado por volta das 14h30, com uma apresentação do Grupo de Dança Loucurart. Em seguida, foram então convidadas as seguintes autoridades para compor a Mesa de Abertura:

Deputada Delegada Katarina

Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados

Manoel Cabral Machado Neto

Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe

Deputado Estadual Jorge Araújo Filho

Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, representando o Governador

Daniele Garcia

Secretária de Políticas Públicas para Mulheres, Daniele Garcia

Vereador Fabiano Oliveira

Representando a Câmara Municipal de Aracaju

Professor Genaldo Freitas

Representante do Vice-Governador e Secretário de Educação

Érik Martins

Representante da Defensoria Pública Geral de Sergipe

Delegada Nalile Castro

Representante do Delegado-Geral

Delegada Mariana Diniz

Coordenadora do DAGV

José Sebastião dos Santos Filho

Presidente dos estabelecimentos particulares de ensino do Estado de Sergipe

Passou-se então aos debates temáticos, com duração de seis horas, com muito aprendizado sobre desafios e ações necessárias para promover de fato a inclusão para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade.

Para a deputada Delegada Katarina, é fundamental que o país tenha dados e estatísticas consolidados sobre o TEA para haver formulação de políticas públicas mais eficientes. "Sem dados e estatísticas sobre autismo não se formulam políticas públicas eficientes. No Brasil, infelizmente, a gente não tem dados nessa matéria e precisamos mudar isso", afirmou a parlamentar.



Assessoria da Deputada Delegada Katarina

Mães presentes no evento relataram sobre as dificuldades para inserir os filhos autistas nas escolas apesar da existência de dispositivo legal que garante o direito à educação. Contudo, elas esbarram na falta de estrutura e de conhecimento especializado de profissionais no ambiente escolar.

O relatório do evento encontra-se aqui: [Texto do seu parágrafo](#)



<https://www.youtube.com/watch?v=mA68VKeMrws&t=43s>

3. Doenças Raras, Púrpura Trombocitopênica Imune (PTI) e Fibromialgia **São Paulo, São Paulo**

Data: 24/05/2024

Requerimento nº 19/2024, da Deputada Juliana Cardoso (PT-SP)

O Seminário Doenças Raras, Púrpura Trombocitopênica Imune (PTI) e Fibromialgia, requerido pela Deputada Juliana Cardoso (PT-SP), aconteceu no dia 24/05/2024, sexta-feira, no Auditório Prestes Maia, da Câmara Municipal de São Paulo. Em razão do vínculo temático, o evento foi realizado no âmbito da Subcomissão Permanente – Políticas Públicas de Saúde para o Transtorno do Espectro Autista, as Doenças Raras e demais Neurodiversidades (SUBRAUT/CSAUDE).

O seminário reuniu especialistas, pacientes, gestores públicos e entidades representativas envolvidas com os três temas principais do evento: doenças raras, entre elas a púrpura trombocitopênica imune (PTI), e a fibromialgia e foi transmitido ao vivo nos canais de comunicação da Câmara dos Deputados.

Após as exposições, foi iniciado o debate com representantes de instâncias de fiscalização e controle social das ações do Estado, como usuários do SUS, membros de conselhos, movimentos populares e de trabalhadores da saúde de São Paulo. Eles expuseram aos convidados os principais problemas de gestão, orçamento, legislação, desigualdade do acesso a tratamentos e ausência de banco de dados sobre as doenças raras em suas regiões.



Assessoria da Deputada Juliana Cardoso

Expositores:

Abertura

Deputada Juliana Cardoso

Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados

Priscila Torres da Silva

Conselheira Nacional de Saúde (CNS), integrante da Comissão de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica

Ricardo Chaves de Carvalho

Secretário-executivo do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo (CES)

Silas Lauriano Neto

Diretor da Região Oeste III do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (SindSaúde-SP)

Vita Aguiar

Presidente da Casa Brasileira União Huntington

Segunda mesa

Deputada Juliana Cardoso

Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados

Carmela Maggiuzzo Grindler

Coordenadora estadual do Programa Nacional de Triagem Neonatal, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

Lúcia Helena de Azevedo

Diretora de Departamento de Atenção Especializada da Secretaria Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SEABEVS/SMS)

Marília Rubia

Presidente da Associação de Apoio aos Pacientes e Familiares com Trombocitopenia Imune (PTI Brasil)

Ana Clara Kneese Virgílio do Nascimento

Médica hematologista da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, conselheira e responsável pelo Comitê de Hemostasia e Trombose da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH)

Nilton Salles Rosa Neto

Médico reumatologista, com doutorado em Ciências pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP)

Rosely Maria Fanti Garcia Cizottiaqui

Diretora de comunicação do Instituto Vidas Raras e da Casa de Saúde Nossa Senhora dos Raros

Manuella Galvão de Oliveira

Médica geneticista pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72884/>

O relatório do evento encontra-se aqui:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/outros-documentos/relatorios-de-visitas-tecnicas/2024/seminario-sobre-doencas-raras-purpura-trombocitopenica-imune-pti-e-fibromialgia-sao-paulo-sp/view>

4. Visita ao complexo oncológico do Hospital Samuel Libânio

Pouso Alegre, Minas Gerais

Data: 30/06/2024

Requerimento nº 86/2024, do Deputado Rafael Simões (União-MG)

Na manhã do dia 30/06/2024, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados acompanhou a inauguração do complexo oncológico do Hospital Samuel Libânio, em Pouso Alegre, Minas Gerais. Estiveram presentes, além do Deputado Rafael Simões, que solicitou a visita técnica, os Deputados Dr. Luiz Ovando, Ismael Alexandrino, Dr. Frederico e a Deputada Rosangela Moro.

A instituição atenderá uma região que inclui aproximadamente 53 municípios, e 95% de seus atendimentos serão por meio de convênio com o Sistema Único de Saúde. A edificação conta com cinco pavimentos e mais de 11 mil metros quadrados de área construída. Quando totalmente finalizada, disporá de instalações completas para tratamento oncológico, exames e cirurgias. Nesta primeira etapa foi inaugurado o piso térreo, com 36 consultórios destinados ao atendimento ambulatorial, que já estão prontos para uso. A expectativa é que seja inaugurado um novo andar a cada nove meses. O próximo será aquele destinado à quimioterapia e, em seguida, o de internação.



Assessoria da Comissão de Saúde

A Comitiva conheceu as novas instalações e subiu ao terraço do edifício, onde foi montada uma estrutura para a cerimônia de inauguração. O evento contou com uma celebração ecumênica, discursos de autoridades presentes, homenagens a diversas autoridades e descerramento da placa.

O relatório do evento encontra-se aqui:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/outros-documentos/relatorios-de-visitas-tecnicas/2024/30-06-2024-inauguracao-do-hospital-oncologico-samuel-libanio-pouso-alegre-mg/view>

5. Falta de infraestrutura e má gestão de unidades de saúde

Nova Friburgo, Rio de Janeiro

Data: 05/07/2024

Requerimento nº 93/2024 CSAUDE, do Deputado Luiz Lima (PL-RJ)

Esta visita técnica, em que a Comissão de Saúde foi representada pelo Deputado Luiz Lima (PL-RJ), teve como objetivo averiguar denúncias relacionadas à falta de infraestrutura e má gestão no Hospital Raul Sertã, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Conselheiro Paulino e no Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra, localizados em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. O evento foi acompanhado ainda pelos vereadores do município de Nova Friburgo Priscila Pitta, Maicon Queiroz e Marcinho Alves, além do senhor Leilton Alves Coelho, da senhora Simone Aguiar e da senhora Teresa Polo, respectivamente 1º Tesoureiro, Enfermeira Fiscal e Conselheira do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro.

No Hospital Raul Sertã, a Comitativa foi recebida pelo Diretor-Geral, senhor Moura Rodrigues, e pelo Diretor Médico, senhor Danilo Cassani Soares. No local foram constatadas diversas irregularidades relacionadas à infraestrutura, das quais se podem destacar, em especial: paredes e tetos com infiltrações e mofo; pisos estufados e quebrados; janelas não vedadas e com vidros quebrados, substituídos por placas de madeira compensada; instalações elétricas inadequadas, com evidente risco de curto-circuito; copa na Pediatria, destinada ao preparo de fórmulas lácteas, sem sabonete líquido e papel toalha para a devida higienização de mãos do manipulador; banheiros quebrados, sem tampas de assento sanitário, sabonete e papel toalha para

higienização de mãos; presença de diversos itens mobiliários em mau estado de conservação; câmara fria para cadáveres inoperante. Identificou-se ainda a ocorrência de infestação de pombos no andar superior, onde se encontram os setores administrativo e de saúde e segurança do trabalho. Por outro lado, foi verificado que tanto o Centro Cirúrgico quanto o Centro de Terapia Intensiva foram recentemente reformados e se encontram em excelentes condições.



Assessoria da Comissão de Saúde

Na UPA de Conselheiro Paulino, a Comitiva foi recebida pelo Diretor, o senhor Ivo José Dutra da Costa Pinto. O principal problema constatado foi de ordem estrutural. São necessários reparos no piso, que em diversos trechos está cedendo, e no teto, onde há goteiras. À exceção desses pontos, a unidade está em boas condições e conta com equipamentos e mobiliário adequados.

No Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra, o grupo foi recebido pela senhora Adriane Schenquel, Diretora-Geral, e pela senhora Isabel Cristina de Carvalho, Diretora Médica da unidade. Foram constatados principalmente problemas relativos à infraestrutura, com destaque para instalações elétricas precárias, com evidente risco de curto-circuito, e a presença de infiltrações e mofo nas paredes e tetos. Também foram identificados diversos banheiros – tanto destinados ao uso de pacientes quanto de funcionários – sem tampas de assento sanitário, sabonete e papel toalha para higienização de mãos. Chamou ainda a atenção da Comitiva o fato de que a lavanderia do hospital e a autoclave para esterilização da roupa estão inoperantes. Com isso, esse serviço está sendo direcionado para o Hospital Raul Sertão. Em contrapartida, as instalações do Centro Cirúrgico e da área neonatal foram recentemente reformadas e estão em excelentes condições.

O relatório do evento encontra-se aqui:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/outros-documentos/relatorios-de-visitas-tecnicas/2024/05-07-2024-hospital-raul-serta-upa-de-conselheiro-paulino-e-maternidade-dr-mario-dutra-nova-friburgo-rj/view>

6. Regulamentação da profissão de gerontólogo (PL 9003/17)

São Paulo, São Paulo

Data do evento: 10/07/2024

Requerimento nº 170/2024 CSAUDE, da Deputada Juliana Cardoso (PT-SP)

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou, no dia 10 de julho, a pedido da deputada Juliana Cardoso (PT-SP), o seminário Regulamentação da profissão de gerontólogo, para discutir o Projeto de Lei 9003/17. O evento ocorreu na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH (USP Leste), às 14 horas.

A gerontologia pode ser definida como o estudo do envelhecimento nos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e outros. Trata-se de um campo multidisciplinar e multiprofissional, enquanto a geriatria é uma especialidade médica.

Segundo a parlamentar, o objetivo foi discutir a importância do gerontólogo para a estruturação de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas.



Assessoria da Deputada Juliana Cardoso

A regulamentação da profissão de gerontólogo pode delimitar competências entre bachareis e tecnólogos, de maneira que a área de Gerontologia acompanhe melhor o envelhecimento da população brasileira e os profissionais se dediquem aos cuidados de longo prazo para este grupo.

Expositores:

Paulo Mayall Guilayn

Coordenador de Democratização do Trabalho na Saúde do Ministério da Saúde

Lucas Pelegrini N. de Carvalho

Diretor-geral da Associação Brasileira de Gerontologia (ABG)

Christianne Maria Strazer Lima

Associação Brasileira de Tecnólogos em Gerontologia (ABTG)

Katia Melissa de Azevedo Martins

Associação Brasileira de Tecnólogos em Gerontologia (ABTG)

Naira de Fátima Dutra Lemos

Presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)

Humberto Miguel Garay Malpartida

Coordenador do curso de Bacharelado em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

Karina Gramani Say

Professora Doutora do curso de Bacharelado em Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Fonte: Assessoria de Comunicação da Comissão de Saúde



<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73618>

Comissão de Saúde



SUBCOMISSÕES

Subcomissões Permanentes

Subcomissão de Desempenho de atividades atinentes aos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde – SUBPLAN

Composição:

Leo Prates (PDT-BA)
Presidente

Ismael Alexandrino (PSD-GO)
Relator

Paulo Foletto (PSB-ES)
Titular

Clodoaldo Magalhães (PV-PE)
Titular

Jorge Solla (PT-BA)
Titular

Dorinaldo Malafaia (PDT-AP)
Titular

Geraldo Resende (PSDB-MS)
Titular

Ana Pimentel (PT-MG)
Titular

De acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no início do ano de 2023, cerca de 47 milhões de brasileiros utilizavam planos de saúde. Já segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), o setor de planos de saúde movimentou cerca de R\$ 186 bilhões em 2020, gerando mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos e contribuindo para a arrecadação de impostos.

Tratando-se de tema prioritário na agenda política do país, a Subcomissão de Desempenho de Atividades atinentes aos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde (SUBPLAN/CSAUDE) tem por escopo o trabalho em políticas públicas para o melhoramento da qualidade do atendimento e do acesso aos serviços de saúde para toda a população.

Por se tratar de uma Subcomissão Permanente, suas atividades somente se encerrarão ao final da 57ª Legislatura, quando será divulgado o seu relatório final.

Subcomissão de Políticas Públicas de Saúde para o Transtorno do Espectro Autista e para as Doenças Raras e demais neurodiversidades - SUBRAUT

Composição:

Flávia Morais (PDT-GO)
Presidente

Iza Arruda (MDB-PE)
Relatora Geral

Diego Garcia (REPUBLICANOS-PR)
Relator para Doenças Raras

Rosângela Moro (UNIÃO-SP)
Relatora Setorial para Pesquisas Clínicas e Inovação

Amom Mandel (CIDADANIA-AM)
Relator para TEA e demais Neurodiversidades

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO-GO)
Relator para Triagem Neonatal

Dra. Alessandra Haber (MDB-PA)

Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP)

Geraldo Resende (PSDB-MS)

Orlando Silva (PCdoB-SP)

Ícaro Valmir (PL-SE)

Thiago de Joaldo (PP-SE)

Dr. Frederico (PRD-MG)

Bruno Ganem (PODE-SP)

Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE)

Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA)

Bebeto (PP-RJ)

Júnior Mano (PL-CE)

Osmar Terra (MDB-RS)

Leo Prates (PDT-BA)

Zé Vitor (PL-MG)

Ana Paula Lima (PT-SC)

O transtorno do espectro autista e as doenças raras impactam uma parcela significativa das pessoas – lembrando que estas, embora individualmente pouco frequentes, em conjunto estima-se atingir 13 milhões de brasileiros.

Diante dos resultados apresentados, no ano de 2023, pela Subcomissão Especial para discutir e propor medidas destinadas a Políticas Públicas de Inclusão de Pessoas com Espectro Autista (SUBTEA) e pela Subcomissão Especial para Doenças Raras (SUBRARAS), bem como da necessidade de prosseguir na defesa do direito à saúde destas pessoas, no ano de 2024 foi criada a Subcomissão de Políticas Públicas de Saúde para o Transtorno do Espectro Autista e para as Doenças Raras e demais neurodiversidades (SUBRAUT).

Subcomissões Especiais

Prevenção e Controle do Câncer - SUBCANCER

Composição:

Flávia Moraes (PDT-GO)
Presidente

Geraldo Resende (PSDB-MS)
Relator

Maria Rosas (REPUBLICANOS-SP)

Silvia Cristina (PL-RO)

Rafael Simões (UNIÃO-MG)

Célio Silveira (MDB-GO)

Padre João (PT-MG)

Ricardo da Maia (MDB-BA)

Eduardo da Fonte (PP-PE)

Dr. Frederico (PRD-MG)

Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA)

Alberto Mourão (MDB-SP)

Leo Prates (PDT-BA)

Welton Prado (SOLIDARIEDADE-MG)

A Subcomissão Especial de Prevenção e Controle do Câncer foi criada para acompanhar e fiscalizar a regulamentação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) – Lei 14.758/23, com o objetivo de garantir os benefícios esperados para a população.

Acesse o relatório final aqui:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2836788&filename=REL%201/2024%20CSAUDE

Subcomissão para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital – SUBTELE

Composição:

Adriana Ventura (NOVO-SP)

Presidente

Flávia Moraes (PDT-GO)

Relatora

Dr. Frederico (PRD-MG)

Flávio Nogueira (PT-PI)

Rosângela Moro (UNIÃO-SP)

Samuel Viana (REPUBLICANOS-MG)

Apesar de não se tratar de assunto novo, em razão da necessidade de limitação do contato interpessoal durante a pandemia de covid-19, a Telessaúde ganhou dimensões bastante ampliadas. A Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, estabeleceu, entre outras disposições, os princípios da Telessaúde e os direitos dos profissionais e dos pacientes. Nessa seara, a Subcomissão para debater Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital (SUBTELE/CSAUDE) foi recriada em 2024 para debater os potenciais e desafios relacionados a essa área, notadamente, para auxiliar a fazer um diagnóstico da situação atual da Telessaúde no Brasil e verificar como pode contribuir para a melhoria para a saúde da nossa população.

Acesse o relatório final aqui:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2837003&filename=REL%202/2024%20CSAUDE

Equipe Técnica

Servidores da Secretaria

Aline Brandão Mariath

Andresa da Cunha Soares

Clarissa Coelho de Castro

Jaqueline Carvalho Lopes Duarte

Joana Darc Dantas da Silva

Joanita Nascimento da Silva Neta

Rubens Gomes Carneiro Filho

Samara de Jesus Folha

Silvia Regina dos Santos Coelho

Estagiária

Ana Clara da Silva Ferreira

Pró-adolescentes

Ana Júlia Frazão da Silva

Geovanna Fagundes Brito

Gabriela Lima Brandão

Comissão de Saúde

